



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP
(COM COTA DO OBJETO RESERVADA À ME E EPP)

PARTE A

LICITAÇÃO Nº 006 /CPL/SMS/2023
PROCESSO N.º 7273/2021
MODALIDADE: PREGÃO – SRP
JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 3.595.089,02 (Três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, oitenta e nove reais e dois centavos).

ORIGEM DOS RECURSOS: 0084
PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.122.0015.2319
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.00.00.00

SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2023 ÀS 09 HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2023 ÀS 09 HORAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS SOB DEMANDAS JUDICIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI - SEMUS.

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados à Rua Juiz Emílio Carmo, 50, Centro, Paracambi/RJ, na sala da CPL, no horário de 13:30 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 1 (uma) resma de papel A4 e identificação do interessado. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9100 ou e-mail: comprasmpmparacambi@gmail.com

ÓRGÃO GERENCIADOR DO SRP: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SECRETARIA DE SAÚDE.

PRAZO PARA EXECUÇÃO: 12 MESES.

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexo1 Formulário Oficial de Proposta

Anexo2 Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

Anexo3 Modelo de Declaração

Anexo4 Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo5 Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006

Anexo6 Termo de Referência

Anexo7 Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo8 Minuta do Contrato

Gilcea Bitencourt Rodrigues
Agente responsável pela elaboração do edital



PARTE B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O Município de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante a Pregoeira **VANIA ABBES DE ALMEIDA** e equipe de apoio **GILCEA BITENCOURT RODRIGUES, MARIANADA SILVA AZEVEDO, TICIANE DOS SANTOS SARUBI E LUCIANE MARIA GOMES ALFELD CRUZ**, designados pela Portaria nº 159 de 14 de junho de 2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com as disposições Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 5.267/2021 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1- Os envelopes contendo a documentação e proposta serão recebidos na Rua Juiz Emilio Carmo nº 50 Centro – Paracambi-RJ, na sala da CPL, até o dia de de 2023 às horas. A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL, situada à Rua Juiz Emilio Carmo nº 50 Centro – Paracambi-RJ, na sala da CPL, no **DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2023 ÀS 09 HORAS**, horário de Brasília – DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as pessoas físicas ou jurídicas que apresentarem propostas até o dia e hora dispostos no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, mediante comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 - **ÓRGÃO GERENCIADOR DO SRP: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

1.5 - **ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

2 - OBJETO

2.1 – A presente licitação tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS SOB DEMANDAS JUDICIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI - SEMUS**, descritos e especificados no ANEXO 06 – Termo de Referência.

2.2. Em atendimento ao inciso III, do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, o quantitativo estimado para os itens que superem o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será dividido em grupo 1 - ampla participação, correspondente a 75% (setenta e cinco por cento); e grupo 2 - cota reservada, correspondente a 25% do total (vinte e cinco por cento).

3 – DA ESTIMATIVA DE PREÇO

3.1. O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em **R\$ VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 3.595.089,02 (Três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, oitenta e nove reais e dois centavos)**, conforme Anexo 1.3 deste edital.

4 - IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial e no site oficial da Prefeitura e, a critério do Município, comunicados aos adquirentes do edital, via telefax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

4.2 - Os questionamentos ao ato convocatório do convite serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes na parte A deste edital, e deverão ser formalizados por escrito, encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua Juiz Emilio Carmo nº 050, Centro, no horário de 9:00 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

4.3 - Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pela Comissão de Licitação por escrito.



4.4 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação. A licitante deve impugnar o edital com pelo menos 2 (dois) úteis de antecedência da data de abertura dos envelopes com as propostas de preços, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/1993.

4.5 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas de preços.

5 – PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar do presente pregão presencial, as pessoas físicas ou jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constantes deste Edital e de seus Anexos.

5.1.1. Para os itens do Grupo 1 - Ampla participação (75%) os interessados que atendam aos requisitos do edital.

5.1.2. Para os itens do Grupo 2 - Cota reservada (25%) as empresas enquadradas como microempresa – ME e empresa de pequeno porte – EPP, inclusive microempreendedores individuais – MEI que observem o art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, nos termos dos incisos I e III, do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.1.2.1. Os participantes do Grupo 1 - Ampla participação (75%), além da proposta de preços relativa ao quantitativo da referida cota, deverão, para o caso de o objeto da cota reservada não vir a ser adjudicado a licitante enquadrado como ME, EPP ou MEI, apresentar proposta para o quantitativo integral do objeto (100%), circunstância em que será observado o disposto no item 10.15.

5.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.3 - É vedada a participação de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

5.4 - É vedada a participação de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5 - Não será permitida a participação em consórcio.

5.6 - Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

5.7 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público lotado em órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.8 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

5.9 – Não poderão participar da presente licitação as pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

6 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representa-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.



b) Quando se tratar de representante designado pela empresa será exigido procuração via instrumento público ou carta de credenciamento (ANEXO 04), a ser entregue fora de qualquer envelope, dirigida ao Pregoeiro com referência ao presente edital, em original ou cópia devidamente autenticada e com reconhecimento de firma em cartório, com dados de identificação do representante, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.

6.1.1 - A não apresentação do credenciamento, nos termos exigidos neste edital, impedirá a oferta de lances verbais e a manifestação da intenção de interpor recursos por parte do representante da licitante, não havendo impedimento para participação da licitação.

6.1.2 – É vedado que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

6.2 - Deverá ser apresentada pelo licitante, juntamente com o credenciamento, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação fora de qualquer envelope, inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

6.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que tenham mandato para firmarem por escrito a declaração que cumpre plenamente os requisitos no momento da abertura do certame.

6.2.2 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 6.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

6.3 – A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar a declaração do item 6.2, deverá apresentar declaração conforme Anexo 02, declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.3.1 – O microempreendedor individual, além de apresentar a declaração do item 6.2, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 05 declarando que é beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluído das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.4 – Os documentos necessários para credenciamento deverão ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, mediante apresentação do original para conferência, na CPL, situada na Rua Juiz Emilio Carmo nº 050, Centro, no horário de 09:00 às 17:00 horas.

6.5 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

7 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

7.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua documentação e proposta, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta

ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS

LICITAÇÃO N.º

PREGÃO PRESENCIAL

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:

ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º

PREGÃO PRESENCIAL

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA



7.1.1 - Os licitantes interessados nos itens do Grupo 1 - Ampla participação (75%) do objeto licitado deverá incluir no envelope de propostas, além do formulário direcionado especificamente à cota principal, formulário que contemple o preço ofertado para o quantitativo integral (100%) do objeto, conforme modelos anexos ao presente edital.

7.1.2. As propostas de preços direcionadas ao quantitativo integral do objeto licitado somente serão analisadas pelo pregoeiro nos termos do item 10.15.

8 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. - A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega dos envelopes de documentação de habilitação e proposta de preços, até o dia e o horário previsto no item 1.1.

8.1.1 - Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

8.2 - A proposta de preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

8.3 - A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço por item e total ofertado;
- b) conter preço final do objeto para cada item e o preço por item ofertado na presente licitação;
- c) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser apostado o nome do signatário e sua qualidade na empresa;
- d) prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega das propostas.

8.4 - A proposta de preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações, desde que esteja igual ao formulário oficial de proposta (Anexo 01).

8.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

8.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

8.7 - Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 06 deste Edital (*termo de referência*) serão desconsiderados.

8.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- c) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;
- d) prazo de entrega será de até 72 (setenta e duas) horas, a contar da ordem de fornecimento.

8.8.1 – Caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.

8.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

- a) onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;



- b) onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;
- c) onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;
- d) em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;
- e) em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

8.9.1 – A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

8.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

- a) não estejam devidamente assinadas;
- b) contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;
- c) contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- d) apresente preço manifestamente inexecutável;
- e) possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- f) que apresentem preços irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º, do artigo 44, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- g) não observar o disposto nos itens 7.1, 8.3 e 8.4 deste Edital.

8.10.1 – No caso do Pregoeiro considerar o preço de algum licitante inexecutável, concederá ao respectivo o prazo de 2 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos dos insumos de produção do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

8.11 – Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

9 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para abertura dos envelopes de propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

9.2 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame.

9.3. A sessão de julgamento será realizada em duas etapas distintas, de acordo com a cisão dos itens em cota reservada e cota principal.

9.4. De modo a atender o tratamento diferenciado previsto no inciso III, do art. 48, da Lei Complementar n.º 123/2006, o Pregoeiro deverá, em primeiro lugar, analisar as propostas direcionadas à cota reservada (25%).

9.5. Após a adjudicação da cota reservada (25%), o Pregoeiro deverá passar à análise das propostas direcionadas à cota principal (75%).



9.6. A análise das propostas direcionadas ao quantitativo integral do objeto somente será realizada pelo Pregoeiro na hipótese descrita no item 10.15.

9.7. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, o item deverá ser adjudicado pelo menor preço apresentado.

9.8. No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

9.9. Aberta à sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao Pregoeiro, declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação.

9.10 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), àquela de menor preço.

9.11 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após obedecido o disposto no parágrafo 2º, do art. 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais.

9.12 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 9.10, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.13 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, a partir do autor da proposta de maior preço, seguindo-se os demais classificados, em ordem decrescente de valor.

9.14 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

9.15 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada ao Pregoeiro a prorrogação.

9.15.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.

9.15.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.16 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

9.17 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 – Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

10.2 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.3 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/2006 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

10.4 – Em relação aos itens do Grupo 1 – Ampla Participação, sendo verificada a ocorrência de empate entre licitante microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e outros licitantes, será assegurado como critério



de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.5 – Para efeito do disposto no subitem 10.4, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1 – O licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

10.5.2 – Não ocorrendo a contratação de licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 que se apresente na situação descrita no subitem 10.5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

10.5.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/06 que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3 deste edital, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

10.6 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 10.4 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7 – A condição prevista no subitem 10.4 deste Edital somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006.

10.8 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

10.9 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor total, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 10.18 do edital.

10.10 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

10.11 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade de redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.

10.12 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas neste Edital.

10.13 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

10.14 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993; em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no § 2º, do artigo 45, da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.15 - Na hipótese de o objeto dos itens do Grupo 2 - cota reservada (25%) não ser adjudicado à licitante enquadrado como ME, EPP ou MEI, serão analisadas as propostas apresentadas para o quantitativo integral do objeto (100%), caso em que todo o quantitativo será adjudicado a um único licitante.

10.16 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

10.17 – De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.



10.18 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor unitário (*ou global por lote*) da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima do referido critério.

10.19 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever o contrato/retirar a nota de empenho.

10.20 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

11 - HABILITAÇÃO

11.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas, na forma do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.

11.1.2 – No caso dos documentos a serem autenticados por servidores da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes.

11.2 - A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

11.2.1 - Habilitação jurídica

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, do Código Civil, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, do mesmo diploma legal, as pessoas naturais incumbidas da administração.

11.2.2 - Regularidade fiscal e trabalhista

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade fiscal perante à Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
 - c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei Federal nº 8.212/1991;



c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

c.3.1) os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi, sem prejuízo do atendimento do item c.3;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

f) Certidão de Regularidade do profissional responsável pela elaboração do Balanço patrimonial emitida pelo CRC.

11.2.2.1 - Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora na licitação.

11.2.2.2 - Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

11.2.2.3 - O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

11.2.2.4 - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2.3 – Qualificação econômico-financeira:

a) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições;

a.1) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, caracterizada pelos índices: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), não sendo permitido a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, calculados e assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante, através das seguintes fórmulas:

b.1) Índice de liquidez geral (ILG)

ILG ≥ 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + ANC}{PC + PNC}$$



Onde:

AC: ativo circulante

ANC: ativo não circulante

PC: passivo circulante

PNC: passivo não circulante

b.2) Índice de solvência geral (ISG)

ISG ≥ 1 , obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ISG} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{PNC}}$$

Onde:

AT: Ativo total

PC: Passivo circulante

PNC: Passivo não circulante

b.3) Índice de liquidez corrente (ILC)

ILC ≥ 1 , obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

Onde:

AC: Ativo circulante

PC: Passivo circulante

b.4) Na hipótese de o licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.

b.5) A apresentação das demonstrações contábeis é obrigatória para análise econômico – financeira de todas as empresas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

b.6) Apresentar Certidão de Regularidade profissional do Contador assinante do Balanço Financeiro emitida pelo CRC Regional.

8.2.3.1 - As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento previsto na alínea “b” acima.

8.2.3.2 – Qualificação Técnica para TODOS OS medicamentos (PSICOTRÓPICOS / CONTROLADOS):

8.2.3.2.1 – Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu objeto semelhante ao deste Edital, contendo a identificação do(s) signatário(s) e obrigatoriamente, a caracterização dos bens fornecidos e o grau de satisfação.

8.2.3.2.2 – Licença Sanitária em nome da licitante expedida pela Vigilância Sanitária Estadual e \ ou Municipal.

8.2.3.2.3 – Licença para comercialização de medicamentos em nome da licitante expedida pela agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

8.2.3.2.4 – Caso a empresa não possua o termo de Licença Sanitária do ano corrente, serão aceitos protocolos de revalidação desde que seja apresentado o Termo de Licença Sanitária inicial, acompanhada de **TODOS** os protocolos de revalidação dos anos subsequentes ao da Licença primariamente concedida. Tal como, a publicação no Diário Oficial da União – DOU.



8.2.3.2.5 - Certificado de Regularidade Técnica do profissional farmacêutico fornecido pelo Conselho Regional de Farmácia da sede da licitante

8.2.3.2.6 – A qualificação técnica para atendimento EXCLUSIVAMENTE de medicamentos psicotrópicos (controlados) deverá ser complementada com:

a) Licença de Funcionamento / comercialização emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com prazo de validade vigente para a comercialização de medicamentos **psicotrópicos (controlados)**, **obrigatoriamente para os licitantes que cotarem medicamentos psicotrópicos / controlados**;

b) Certificado de Registro ou Isenção de Registro ou Notificação dos Materiais na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde, em vigor, onde conste o número e a validade do Registro. Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União (cópia autenticada), e também obtidos no endereço eletrônico www.anvisa.gov.br; **(somente para medicamentos psicotrópicos / controlados)**

c) Os documentos emitidos pela ANVISA/Ministério da Saúde, Vigilância Municipal e Estadual, serão analisados pela Comissão que em caso de dúvidas, poderá solicitar apoio de profissional da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, podendo ser confirmados através de sites oficiais.

11.2.5 – Declaração complementar, conforme Anexo 3, consignando que:

a) assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;

b) atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade nos termos da legislação aplicável;

c) não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;

d) não possui em seu quadro funcional nenhum servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

e) garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;

f) os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou servidores municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção;

g) Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

h) Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2.6 – Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Após declarado o vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/2002, devendo a licitante manifestar imediata e motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

12.1.1 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

12.2 - Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas o Pregoeiro, ficando os demais



licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, devendo ser protocolada no horário de 09:00h às 17:00h na sala da CPL, situada na Rua Juiz Emilio Carmo nº 050, Centro, exclusivamente por escrito.

12.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.4 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

12.5 - O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

12.6 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL, no horário de 09:00h às 17:00h.

12.8 - Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com o disposto no art. 41, § 2º da Lei Federal nº 8.666/1993.

13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

13.1.1 - No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

13.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14 - DO RECEBIMENTO

14.1 - O objeto do contrato será recebido pela efetiva entrega do objeto contratual, observada a seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;

b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

14.2 - Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à contratada, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

14.3 – A fiscalização da execução contratual será exercida pela Comissão de Fiscalização, formada por 3 (três) servidores, formalmente designada pelo órgão requisitante.

15 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1 - O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias, a contar da ordem de fornecimento, expedida após a assinatura do contrato administrativo ou retirada da nota de empenho, conforme o caso, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos moldes do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

16 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o Município convocará o primeiro colocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável, a critério da Administração, por igual período.



16.1.1 – Na ata de Registro de Preços constará:

- a) número da Ata, do processo administrativo e da licitação a que se refere;
- b) identificação do objeto e a quantidade total estimada;
- c) relação de fornecedores, pela ordem de classificação final no processo licitatório;
- d) preço unitário do vencedor do respectivo item, com menção de que será praticado por todos os demais fornecedores;
- e) valor total estimado para a execução do objeto;
- f) órgãos e entidades participantes do registro;
- g) prazo de vigência do registro;
- h) menção do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos, que integrarão a Ata independentemente de transcrição;
- i) necessidade de permanente pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados;
- j) critério de repactuação dos preços registrados em razão da superveniente alteração da realidade de mercado;
- k) limites global e individual para solicitações de adesão;
- l) sanções pelo descumprimento de suas diretrizes;
- m) hipóteses de cancelamento e extinção prematura.

16.2 – Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função de propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

- a) o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e no sítio oficial da Prefeitura, ficando disponibilizados durante a vigência da ata de registro de preços.
- b) quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da ata.
- c) os órgãos participantes do registro de preços, quando da necessidade de contratação, deverão recorrer ao órgão gerenciador da ata de registro de preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

16.3 – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo cumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

16.4 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a execução do objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.5 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) for atestado o descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços;
- b) o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;
- c) o prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;



d) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

e) for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

16.5.1 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.5.2 – Havendo cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

16.6 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata.

16.7 – A utilização da Ata de Registro de Preços por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador, devendo ser observados os limites e diretrizes fixados no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.8 – A autorização do órgão gerenciador deverá levar em consideração a observância dos limites individual e global previstos nos subitens 16.11 e 16.12, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.

16.9 – A solicitação de adesão deverá observar o Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.10 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

16.11 – O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.12 – O conjunto de solicitação de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao dobro do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.13 – A ata de registro de preço decorrente do presente procedimento terá o prazo de validade de 12 (doze) meses.

17 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA

17.1 – A Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação poderá ser modificada pelo Município, sendo obedecidas as disposições contidas no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

17.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

17.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

17.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador deverá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade, desde que a comunicação ocorra antes da autorização de fornecimento e seja comprovada a veracidade das informações prestadas.

17.5 – Nas hipóteses descritas nos subitens 17.3 e 17.4, caso reste inviabilizada a concretização da contratação com o fornecedor ou prestador de serviço registrado, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.



17.6 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18 - DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo do Órgão Requisitante.

18.2 - Os atos da fiscalização realizados pelo Município não eximirão a empresa a ser contratada de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

19 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

19.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

c) multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

19.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

19.1.2 - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

19.1.3 - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista na alínea “f” do caput deste item.

19.1.4 - Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e” e “f” do subitem 19.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c” e “d”.

19.1.5 - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

19.1.6 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

19.1.7 - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.



19.1.8 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

20 - RESCISÃO

20.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

21 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 - O Município fará o pagamento, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela contratada e aceita pelo Município.

21.2 - Para fins de pagamento, prevalecerá o valor correspondente à entrega efetiva do objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.

21.3 - Eventuais discrepâncias no objeto entregue poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

21.4 - O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

21.5 - O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a contratada promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, "a", da Lei Federal nº 8.666/1993.

21.6 - Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

21.7 - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

21.8 - Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

21.9 - No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

22 - ESTIMATIVA DE PREÇOS

22.1 - O preço global para a execução do objeto desta licitação foi estimado pela Administração Municipal no **VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 3.595.089,02 (Três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, oitenta e nove reais e dois centavos)**, conforme especificações do Termo de Referência.

22.2. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresso requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice IPCA.

22.3 A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, em virtude de eventos supervenientes, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

23 - DA GARANTIA

23.1 - Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei Federal nº 8.666/1993, da ordem de 05% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.



23.1.1 - A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.

23.2 - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

23.3 - Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 02% (dois por cento) do valor do Contrato.

23.4 - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

24 - DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.2 - A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/1993.

24.3 - Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Juiz Emilio Carmo nº 050, Centro, tel.: (21) 2683-9100, no horário de 09:00 às 17:00 horas.

24.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

24.5 - O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do contratado para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

24.6 - Não havendo expediente na CPL, na data marcada, o certame licitatório realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

24.7 - Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, no balcão de atendimento da CPL.

24.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666/1993.

24.9 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.



24.10 - Integram este Edital os seguintes Documentos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexo1 Formulário Oficial de Proposta

Anexo2 Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

Anexo3 Modelo de Declaração

Anexo4 Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo5 Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006

Anexo6 Termo de Referência

Anexo7 Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo8 Minuta do Contrato

Paracambi, de de de 2023.

Gilcea Bitencourt Rodrigues
Agente responsável pela elaboração do edital



ANEXO 1

FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

Processo n.º 7273/2021

Licitação n.º /CPL/FMS/2023

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL– SRP

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS SOB DEMANDAS JUDICIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI - SEMUS, conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO 1 do Edital.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA Nº:

E-MAIL:

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

VALOR TOTAL (POR EXTENSO) : R\$ _____

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado



ANEXO 1.1
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA
GRUPO 01 - AMPLA PARTICIPAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MENOR PREÇO	MENOR PREÇO TOTAL
70	Dornase alfa 2,5 ml cx c 6 ampolas (Pulmozyne)	Unidade	90	R\$ 2.214,54	R\$ 199.308,60
76	Dupilumab 300 mg / 2 ml	Unidade	36	R\$ 6.405,74	R\$ 230.606,55
83	Esilato de Nintedanibe 150 mg (Ofev)	Unidade	1080	R\$ 437,87	R\$ 472.894,20
92	Fralda Geriátrica Tam G	Unidade	4374	R\$ 20,80	R\$ 90.979,20
95	Fralda Geriátrica Tam XG	Unidade	3744	R\$ 24,22	R\$ 90.692,16
116	Insulina glargina Solostar - cnt 3 ml (Lantus)	Unidade	1044	R\$ 127,22	R\$ 132.820,29
138	Liraglutida 6 mg/ml	Unidade	774	R\$ 325,43	R\$ 251.884,76
159	Pegvisomanto 10 mg (Somavert)	Unidade	1080	R\$ 434,75	R\$ 469.532,70
185	Suplemento alimentar de aminoácidos, nutricionalmente completa, em pó, para crianças com alergias alimentares ou distúrbios da digestão e absorção de nutrientes. Uso via oral. Embalagem em pó, com no mínimo 400g. (Leite Neocate)	Unidade	612	R\$ 217,99	R\$ 133.409,88
MENOR VALOR TOTAL					R\$ 2.072.128,34



ANEXO 1.2
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA
GRUPO 02 – EXCLUSIVO ME/EPP
(ART. 48, I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/0

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MENOR PREÇO	MENOR PREÇO TOTAL
1	Acetato de fludrocortisona 0,1 mg cpr (Florinefe ou similar)	Unidade	810	R\$ 3,51	R\$ 2.841,08
2	Acetazolamida 250 mg	Unidade	540	R\$ 0,90	R\$ 487,35
3	Acetilcisteína 600 mg	Unidade	540	R\$ 3,02	R\$ 1.632,60
4	Ácido acetilsalicílico + Carbonato de magnésio + Glicinato de Alumínio (Somalgin Cardio)	Unidade	1080	R\$ 0,59	R\$ 633,60
5	Ácido gamaminobutírico 50 mg + Cloridrato de L-lisina 50 mg + Cloridrato de tiamina 2 mg + Cloridrato de piridoxina 4 mg + Pantotenato de cálcio 4 mg (Gaballon)	Unidade	1080	R\$ 1,71	R\$ 1.850,40
6	Alfaepoetina 4.000 UI frasco-ampola 1ml	Unidade	144	R\$ 151,25	R\$ 21.780,00
7	Alogliptina 25 mg	Unidade	540	R\$ 7,05	R\$ 3.807,00
8	Alprazolam 0,25 mg	Unidade	1080	R\$ 0,43	R\$ 459,00
9	Alprazolam 0,5 mg	Unidade	540	R\$ 0,97	R\$ 523,80
10	Alprazolam 1 mg cpr (Apraz)	Unidade	1620	R\$ 1,00	R\$ 1.615,95
11	Amitripitilina 12,5 + Clordiazepóxido 5,0mg	Unidade	1080	R\$ 0,66	R\$ 712,80
12	Anlodipino 2,5 mg	Unidade	540	R\$ 1,48	R\$ 799,20
13	Apresolina (Cloridrato de hidralazina) 50 mg	Unidade	1080	R\$ 0,66	R\$ 710,10
14	Aripiprazol 10 mg	Unidade	1620	R\$ 18,39	R\$ 29.791,80
15	Associação de cálcio, vitamina D, vitamina K e magnésio (Addera Cal 1000UI)	Unidade	540	R\$ 2,10	R\$ 1.134,00
16	Atensina (Cloridrato de clonidina) 0,200 mg	Unidade	1080	R\$ 0,52	R\$ 561,60
17	Azatioprina 50 mg	Unidade	1620	R\$ 2,64	R\$ 4.268,70
18	Azitromicina 600 mg suspensão	Unidade	72	R\$ 44,93	R\$ 3.234,78



19	Bimatoprost 0,1 mg + Tartarato de Brimonidina 1,5 mg + Maleato de Timolol 5 mg (Triplenex) frasco 10ml	Unidade	18	R\$ 510,63	R\$ 9.191,40
20	Bisoprolol 10 mg	Unidade	1620	R\$ 2,18	R\$ 3.535,65
21	Bisoprolol 2,5 mg	Unidade	2700	R\$ 1,52	R\$ 4.097,25
22	Bisoprolol 5 mg	Unidade	540	R\$ 1,92	R\$ 1.038,15
23	Brinzolamida 10 mg/ml Maleato de Timolol 6,8 mg/ml fr (Azorga)	Unidade	36	R\$ 122,68	R\$ 4.416,57
24	Brinzolamida Colírio 10 mg/ml c/ 5ml (Azopt)	Unidade	36	R\$ 101,58	R\$ 3.656,79
25	Brometo de Otilônio 40 mg cpr	Unidade	1080	R\$ 2,36	R\$ 2.546,10
26	Bromoprida 4 mg/ml Solução oral	Unidade	18	R\$ 33,79	R\$ 608,22
27	Bupropiona 150 mg	Unidade	540	R\$ 4,44	R\$ 2.397,60
28	carbonato de cálcio + colecalciferol 1500 + 400UI (caltrate 600)	Unidade	1080	R\$ 1,50	R\$ 1.623,60
29	Carboximaltose Férrica 50 mg/ml	Unidade	36	R\$ 799,57	R\$ 28.784,40
30	Carboximetilcelulose Sódica 0,5% (Adaptis)	Unidade	72	R\$ 30,40	R\$ 2.189,04
31	Carboximetilcelulose Sódica 0,5% + Glicerina 0,9% (Optive)	Unidade	36	R\$ 33,15	R\$ 1.193,22
32	Carmelose sódica 5 mg/ml colírio 15ml	Unidade	36	R\$ 76,28	R\$ 2.746,17
33	Cianocobalamina 5000 mcg , dissódico de dexametasona 0,50 mg , cloridrato de tiamina 100 mg, cloridrato de piridoxina 100 mg (Dexador ou similar)	Unidade	1080	R\$ 3,50	R\$ 3.780,00
34	Ciclobenzaprina, cloridrato 5 mg	Unidade	1080	R\$ 1,16	R\$ 1.250,10
35	Cilostazol 100 mg	Unidade	1620	R\$ 1,31	R\$ 2.126,25
36	Cimetidina 200 mg	Unidade	1080	R\$ 1,80	R\$ 1.938,60
37	Ciprofibrato 100 mg	Unidade	540	R\$ 3,30	R\$ 1.780,65
38	Citalopram 20 mg	Unidade	540	R\$ 6,14	R\$ 3.314,25
39	Citidina monofosfato – 2,5mg, uridina trifosfato – 1,5mg, hidroxocobalamina – 1,0mg (Etna)	Unidade	2160	R\$ 2,98	R\$ 6.436,80
40	Citrato de sildenafila 25 mg	Unidade	1620	R\$ 13,29	R\$ 21.533,85
41	Clopidogrel 75 mg	Unidade	5940	R\$ 10,00	R\$ 59.400,00
42	Cloreto de potássio 600 mg (Slow k)	Unidade	540	R\$ 0,97	R\$ 521,10
43	Clortalidona 12,5 mg	Unidade	540	R\$ 0,32	R\$ 171,45
44	Clortalidona 25 mg	Unidade	1080	R\$ 1,09	R\$ 1.179,90
45	Colágeno 40 mg (condrex)	Unidade	540	R\$ 5,53	R\$ 2.986,20
46	Colecalciferol 1000 UI	Unidade	1080	R\$ 1,60	R\$ 1.722,60
47	Colecalciferol 7.000	Unidade	72	R\$ 8,46	R\$ 609,12
48	Crema com extrato de cidra de Córsega e mentol (Cedraflon)	Unidade	36	R\$ 96,35	R\$ 3.468,42
49	Crema hipoalergênico Fisiogel A.I.	Unidade	18	R\$ 98,09	R\$ 1.765,62
50	Cumarina 15 mg + Heparina sódica 90 mg	Unidade	540	R\$ 1,94	R\$ 1.046,25
51	Cumarina 5 mg/ml + Heparina sódica 50 UI/ml	Unidade	36	R\$ 75,83	R\$ 2.729,70
52	Dapagliflozina + Metformina 10/1000 mg	Unidade	1620	R\$ 8,07	R\$ 13.069,35
53	Dapagliflozina 10 mg	Unidade	1080	R\$ 8,43	R\$ 9.107,10
54	Desonumabe 60 mg	Unidade	18	R\$ 1.350,04	R\$ 24.300,66



55	Desvenlafaxina 100 mg	Unidade	1080	R\$ 6,97	R\$ 7.522,20
56	Desvenlafaxina 50 mg	Unidade	540	R\$ 5,89	R\$ 3.180,60
57	Dextrotartarato de brimonidina 0,2%	Unidade	18	R\$ 89,31	R\$ 1.607,49
58	Dextrotartarato de brimonidina 0,2% + Maleato de timolol 0,5% (Combigan)	Unidade	72	R\$ 222,66	R\$ 16.031,52
59	Diacereína 50 mg	Unidade	2160	R\$ 8,12	R\$ 17.533,80
60	Dicloridrato de flunarizina + Mesilato de di-hidroergocris-tina (Vertizine D)	Unidade	540	R\$ 4,69	R\$ 2.534,40
61	Diltiazem 30 mg	Unidade	1080	R\$ 0,47	R\$ 502,20
62	Diosmina + Hesperidina 1000 mg	Unidade	1620	R\$ 6,14	R\$ 9.938,70
63	Diosmina + Hesperidina 500 mg	Unidade	3780	R\$ 3,62	R\$ 13.683,60
64	Dipirona 1G	Unidade	1800	R\$ 1,43	R\$ 2.565,00
65	Divalproato de Sódio 250 mg	Unidade	1080	R\$ 2,16	R\$ 2.332,80
66	Divalproato de sódio 500 mg	Unidade	3240	R\$ 2,99	R\$ 9.671,40
67	Domperidona 10 mg	Unidade	1620	R\$ 0,72	R\$ 1.166,40
68	Domperidona Líquido 1 mg/ml	Unidade	90	R\$ 77,89	R\$ 7.009,88
69	Donepezila, Cloridrato 10 mg	Unidade	540	R\$ 3,15	R\$ 1.699,65
71	Dorzolamida, cloridrato + Maleato de Timolol 2% - c/ 10 ml (Cosopt)	Unidade	90	R\$ 364,28	R\$ 32.785,20
72	Dorzolamida, cloridrato 20 mg/ml (Ocupress)	Unidade	162	R\$ 94,99	R\$ 15.387,98
73	Doxazosina 2 mg	Unidade	540	R\$ 1,22	R\$ 658,80
74	Duloxetina 60 mg	Unidade	1080	R\$ 12,55	R\$ 13.551,30
75	Duloxetina 30 mg	Unidade	2160	R\$ 6,86	R\$ 14.817,60
77	Dutasterida + Tansulosina 0,5 mg + 0,4 mg	Unidade	1080	R\$ 4,89	R\$ 5.278,50
78	Edoxabana 60 mg (Lixiana)	Unidade	540	R\$ 13,53	R\$ 7.303,50
79	Empagliflozina 25 + Linagliptina 5 mg	Unidade	1080	R\$ 16,22	R\$ 17.512,20
80	Empagliflozina 25 mg	Unidade	1080	R\$ 10,26	R\$ 11.080,80
81	Escitalopram 10 mg	Unidade	2700	R\$ 4,33	R\$ 11.697,75
82	Escitalopram 20 mg	Unidade	1620	R\$ 8,48	R\$ 13.733,55
84	Esomeprazol 20 mg	Unidade	1080	R\$ 1,47	R\$ 1.587,60
85	Esomeprazol Magnésio 40 mg	Unidade	2700	R\$ 13,43	R\$ 36.247,50
86	Estazolam 2 mg	Unidade	1080	R\$ 1,40	R\$ 1.512,00
87	Extrato seco de Pinus Pinaster 50 mg (Flebon)	Unidade	540	R\$ 2,68	R\$ 1.445,40
88	Ezetimiba + sinvastatina 10/20 mg	Unidade	1080	R\$ 5,82	R\$ 6.282,90
89	Fenofibrato 250 mg	Unidade	540	R\$ 4,38	R\$ 2.366,55
90	Fluticasona 50 mcg spray oral	Unidade	90	R\$ 76,02	R\$ 6.841,58
91	Fosfato dissociado de dexametasona 0,546 mg + Sulfato de neomicina 5,83 mg + Cloridrato de fenilefrina 5 mg (Decadron nasal)	Unidade	18	R\$ 29,15	R\$ 524,75
93	Fralda Geriátrica Tam M	Unidade	1044	R\$ 20,75	R\$ 21.666,48
94	Fralda Geriátrica Tam P	Unidade	360	R\$ 21,28	R\$ 7.662,00
96	Fralda infantil Tam XXG	Unidade	324	R\$ 60,49	R\$ 19.599,84
97	Fumarato de formoterol di-hidratado + Propionato de fluticasona 12 + 250 mcg	Unidade	540	R\$ 2,20	R\$ 1.188,00
98	Fumarato de formoterol di-hidratado 12 mcg	Unidade	540	R\$ 2,13	R\$ 1.148,85



99	Furosemida 20 mg	Unidade	1080	R\$ 1,92	R\$ 2.073,60
100	Galantamina 8 mg	Unidade	1080	R\$ 5,14	R\$ 5.553,90
101	Genfibrozila 600 mg	Unidade	540	R\$ 5,08	R\$ 2.740,50
102	Glicosamina 500 mg + condroitina 400 mg	Unidade	2700	R\$ 3,37	R\$ 9.085,50
103	Hemifumarato de quetiapina 100 mg	Unidade	1620	R\$ 11,81	R\$ 19.124,10
104	Hemifumarato de quetiapina 25 mg	Unidade	4860	R\$ 5,08	R\$ 24.676,65
105	Hialuronato de sódio 0,15% (Hyabak)	Unidade	36	R\$ 54,71	R\$ 1.969,47
106	hidroxicloroquina, sulfato 400 mg (reuquinol)	Unidade	1080	R\$ 3,44	R\$ 3.717,90
107	Hydroxipropil guar 8A, polietilenoglicol 400, ácido bórico, propilenoglicol, sorbitol, cloreto de sódio, cloreto de potássio, poliquaternium-1, aminometilpropanol, hidróxido de sódio e/ou ácido clorídrico e água purificada), lubrificante oftálmico - 15 mL (Systane UL ou similar)	Unidade	36	R\$ 91,98	R\$ 3.311,10
108	Ibandronato de sódio 150 mg cx 2 cpr	Unidade	18	R\$ 281,33	R\$ 5.063,85
109	Irbesartana 150 + Hidroclorotiazida 12,5 mg	Unidade	540	R\$ 4,11	R\$ 2.219,40
110	Indapamida 1,5 mg	Unidade	540	R\$ 1,24	R\$ 668,25
111	Insulina Asparte 100 UI/ml caneta com 3/ml (Novo Rapid)	Unidade	288	R\$ 62,70	R\$ 18.056,16
112	Insulina degludeca 100 U/ml + Liraglutida 3,6 mg/ml (Xultophy)	Unidade	162	R\$ 280,36	R\$ 45.418,32
113	Insulina Degludega 100 UI/ml (Tresiba)	Unidade	198	R\$ 208,44	R\$ 41.271,12
114	Insulina Detemir 100 UI/ml cnt com 3ml (Levermir)	Unidade	162	R\$ 126,19	R\$ 20.442,38
115	Insulina Glargina 100 UI/ml - c/10 ml (Lantus)	Unidade	72	R\$ 330,39	R\$ 23.787,72
117	Insulina Glulisina 100 UI/ml c/10 ml (Apidra)	Unidade	54	R\$ 133,92	R\$ 7.231,82
118	Insulina Glulisina 100 UI/ml - cnt 3 ml (Apidra)	Unidade	378	R\$ 43,02	R\$ 16.260,62
119	Insulina Lispro 100 UI/ml - cnt 3 ml (Humalog)	Unidade	504	R\$ 49,62	R\$ 25.005,96
120	Ivabradina 5 mg	Unidade	1080	R\$ 1,65	R\$ 1.784,70
121	Lacosamida 100 mg	Unidade	1080	R\$ 8,34	R\$ 9.007,20
122	Lacosamida 50 mg	Unidade	1080	R\$ 4,18	R\$ 4.517,10
123	Lactitol e Polidextrose (Fibra alimentar solúvel) - cada sachê contendo 10 g (Normaten Fit ou similar)	Unidade	1080	R\$ 4,13	R\$ 4.460,40
124	Lactobacillus acidophilus LA 14 (Prolive ou similar)	Unidade	1080	R\$ 4,94	R\$ 5.335,20
125	Lamotrigina 100 mg	Unidade	3780	R\$ 10,73	R\$ 40.540,50
126	Lamotrigina 50 mg	Unidade	1080	R\$ 5,88	R\$ 6.353,10
127	Lansoprazol 30 mg	Unidade	540	R\$ 5,19	R\$ 2.802,60
128	Latanoprost 0,05%	Unidade	54	R\$ 189,08	R\$ 10.210,05
129	Latanoprost 50 mcg + Timolol 5 mg/ml (Xalacom)	Unidade	18	R\$ 206,78	R\$ 3.722,00
130	Leite Aptamil pepti	Unidade	288	R\$ 92,79	R\$ 26.723,52
131	Leite sem lactose	Unidade	108	R\$ 63,25	R\$ 6.831,00
132	Levetiracetam 100 mg/ml	Unidade	72	R\$ 153,79	R\$ 11.072,88
133	Levetiracetam 250 mg	Unidade	2700	R\$ 2,63	R\$ 7.094,25



134	Levomepromazina 40 mg/ml	Unidade	126	R\$ 18,83	R\$ 2.372,27
135	Levotiroxina sódica 112 mcg	Unidade	540	R\$ 0,65	R\$ 348,30
136	Levotiroxina sódica 150 mcg	Unidade	540	R\$ 0,88	R\$ 472,50
137	Linagliptina 5 mg	Unidade	540	R\$ 6,95	R\$ 3.750,30
139	Lorazepam 2 mg	Unidade	1080	R\$ 1,03	R\$ 1.109,70
140	Macrogol 3350 + Bicabornato de Sódio + Cloreto de Sódio + Coreto de Potássio 13,125 g + 0,1775 g + 0,3507 g + 0,0466 g (Muvinalax)	Unidade	540	R\$ 2,43	R\$ 1.312,20
141	Memantina, cloridrato 10 mg	Unidade	2700	R\$ 12,36	R\$ 33.358,50
142	Metformina, Cloridrato 750 mg	Unidade	1080	R\$ 0,89	R\$ 955,80
143	Metilfenidato, cloridrato 30 mg	Unidade	540	R\$ 11,84	R\$ 6.393,60
144	Metotrexato 2,5 mg	Unidade	3240	R\$ 1,58	R\$ 5.119,20
145	Mirabegrona 50 mg	Unidade	540	R\$ 10,06	R\$ 5.432,40
146	Mirtazapina 30 mg	Unidade	540	R\$ 7,36	R\$ 3.974,40
147	Nimesulida 100 mg	Unidade	540	R\$ 3,70	R\$ 1.996,65
148	Nimodipino 30 mg	Unidade	1080	R\$ 2,01	R\$ 2.173,50
149	Nitrazepan 5 mg	Unidade	540	R\$ 0,74	R\$ 396,90
150	Noripurum Folico	Unidade	1080	R\$ 2,52	R\$ 2.718,00
151	Nutren Kids Suplemento alimentar	Unidade	126	R\$ 32,69	R\$ 4.118,94
152	Olmesartana 40 mg	Unidade	540	R\$ 2,73	R\$ 1.472,85
153	Olmesartana Medoxomila 40 mg + Hidroclorotiazida 12,5 mg	Unidade	540	R\$ 2,57	R\$ 1.387,80
154	Orlistate 120 mg	Unidade	540	R\$ 4,43	R\$ 2.392,20
155	Oxibutina, cloridrato 5 mg	Unidade	1620	R\$ 1,41	R\$ 2.288,25
156	Pantoprazol 20 mg	Unidade	540	R\$ 3,38	R\$ 1.822,50
157	Pantoprazol 40 mg	Unidade	4320	R\$ 5,40	R\$ 23.328,00
158	Paracetamol 500 + Fosfato de codeína 30 mg	Unidade	1620	R\$ 2,01	R\$ 3.252,15
160	Pentoxifilina 400 mg	Unidade	1080	R\$ 2,53	R\$ 2.729,70
161	Periciazina 4%	Unidade	72	R\$ 28,42	R\$ 2.046,24
162	Perindopril 10 mg	Unidade	1080	R\$ 2,78	R\$ 3.002,40
163	Pioglitazona 15 mg	Unidade	540	R\$ 2,10	R\$ 1.135,35
164	Pioglitazona 30 mg	Unidade	540	R\$ 2,85	R\$ 1.537,65
165	Pitavastatina 2 mg	Unidade	540	R\$ 4,53	R\$ 2.446,20
166	Polcarbofila cálcica 625 mg (Benestare)	Unidade	1080	R\$ 2,03	R\$ 2.196,00
167	Pramipexol, dicloridrato 1 mg	Unidade	2160	R\$ 8,17	R\$ 17.636,40
168	Pregabalina 75 mg	Unidade	2160	R\$ 4,56	R\$ 9.844,20
169	Propatilnitrato 10 mg	Unidade	10080	R\$ 0,73	R\$ 7.383,60
170	Risperidona 1 mg/ml Solução oral 30ml	Unidade	36	R\$ 149,81	R\$ 5.392,98
171	Risperidona 3 mg	Unidade	1080	R\$ 2,36	R\$ 2.543,40
172	Rivaroxabana 10mg	Unidade	540	R\$ 7,07	R\$ 3.819,15
173	Rivaroxabana 15mg	Unidade	1620	R\$ 8,05	R\$ 13.036,95
174	Rivaroxabana 20mg	Unidade	6480	R\$ 8,05	R\$ 52.147,80
175	Rivastigmina 1,5 mg	Unidade	1620	R\$ 6,19	R\$ 10.031,85
176	Rosuvastatina 10mg + Ezetimiba 10mg	Unidade	540	R\$ 4,84	R\$ 2.614,95
177	Rosuvastatina cálcica 20mg	Unidade	2160	R\$ 6,36	R\$ 13.743,00



178	Sabonete Líquido hipoalergênico Dove Baby	Unidade	18	R\$ 24,35	R\$ 438,30
179	Sabonete Líquido Triclosan 0,5%	Unidade	18	R\$ 32,85	R\$ 591,21
180	Sertralina, cloridrato 50 mg	Unidade	1080	R\$ 4,10	R\$ 4.425,30
181	Silimarina 200mg	Unidade	540	R\$ 0,37	R\$ 197,10
182	Simeticona 125 mg	Unidade	540	R\$ 2,26	R\$ 1.219,05
183	Sitagliptina + Metformina 50/850 mg	Unidade	540	R\$ 5,49	R\$ 2.964,60
184	Suplemento alimentar composto por vitaminas, macronutrientes e fosfatidilserina (Cognicx)	Unidade	540	R\$ 1,93	R\$ 1.042,20
186	Suplemento completo e balanceado que oferece alto teor de proteína e energia e rico em vitaminas e minerais, sem glúten, sem sabor e sem adição de sacarose, lata de 320 gr (Nutridrink ou similar)	Unidade	72	R\$ 106,71	R\$ 7.683,12
187	Suplemento de vitamina D (Aidê 3)	Unidade	18	R\$ 57,54	R\$ 1.035,72
188	Suplemento vitamínico à base de Cálcio Citrato Malato, Vitamina D3, Potássio e Magnésio (Fixare)	Unidade	1080	R\$ 2,94	R\$ 3.175,20
189	Suplemento vitamínico e mineral antioxidante (Vitergan Zinco PL)	Unidade	540	R\$ 3,93	R\$ 2.119,50
190	Tacrolimo monoidratado 1,0 mg pomada (Tarfic)	Unidade	18	R\$ 93,97	R\$ 1.691,37
191	Tadalafila 5mg	Unidade	540	R\$ 11,98	R\$ 6.466,50
192	Tramadol, cloridrato 50 mg	Unidade	1080	R\$ 4,96	R\$ 5.354,10
193	Travoprost 0,004% + Maleato de Timolol 0,5% (DUO-TRAVATAN)	Unidade	18	R\$ 144,38	R\$ 2.598,89
194	Travoprost 0,04 mg/ml - c/ 2,5 ml (Travatan)	Unidade	144	R\$ 117,95	R\$ 16.984,44
195	Trazodona, cloridrato 50 mg	Unidade	540	R\$ 1,36	R\$ 731,70
196	Trimebutina, maleato 200 mg	Unidade	1080	R\$ 2,69	R\$ 2.902,50
197	Trimetazidina 35mg	Unidade	8100	R\$ 1,99	R\$ 16.139,25
198	Undecilato de testosterona 250 mg/ml	Unidade	36	R\$ 434,75	R\$ 15.651,09
199	Valsartana 160 + anlodipino 5 mg	Unidade	1080	R\$ 4,23	R\$ 4.563,00
200	Valsartana 160 mg	Unidade	540	R\$ 2,98	R\$ 1.609,20
201	Valsartana 320 + hidroclorotiazida 25 + anlodipino 10 mg	Unidade	540	R\$ 6,91	R\$ 3.731,40
202	Venlafaxina 150 mg	Unidade	1080	R\$ 11,78	R\$ 12.725,10
203	Venlafaxina 75 mg	Unidade	2700	R\$ 11,83	R\$ 31.934,25
204	Vimocetina 5 mg	Unidade	1620	R\$ 1,05	R\$ 1.701,00
205	Xinafoato de Salmeterol + Propionato de Fluticasona de 50+500 mcg 60 doses	Unidade	18	R\$ 244,71	R\$ 4.404,74
206	Xinafoato de Salmeterol + Propionato de Fluticasona 25/50 mcg 120 doses	Unidade	180	R\$ 153,04	R\$ 27.547,20
					MENOR VALOR TOTAL R\$ 1.522.960,74



ANEXO 1.3

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MENOR PREÇO	MENOR PREÇO TOTAL
1	Acetato de fludrocortisona 0,1 mg cpr (Florinefe ou similar)	Unidade	810	R\$ 3,51	R\$ 2.841,08
2	Acetazolamida 250 mg	Unidade	540	R\$ 0,90	R\$ 487,35
3	Acetilcisteína 600 mg	Unidade	540	R\$ 3,02	R\$ 1.632,60
4	Ácido acetilsalicílico + Carbonato de magnésio + Glicinato de Alumínio (Somalgin Cardio)	Unidade	1080	R\$ 0,59	R\$ 633,60
5	Ácido gamaminobutírico 50 mg + Cloridrato de L-lisina 50 mg + Cloridrato de tiamina 2 mg + Cloridrato de piridoxina 4 mg + Pantotenato de cálcio 4 mg (Gaballon)	Unidade	1080	R\$ 1,71	R\$ 1.850,40
6	Alfaepoetina 4.000 UI frasco-ampola 1ml	Unidade	144	R\$ 151,25	R\$ 21.780,00
7	Alogliptina 25 mg	Unidade	540	R\$ 7,05	R\$ 3.807,00
8	Alprazolam 0,25 mg	Unidade	1080	R\$ 0,43	R\$ 459,00
9	Alprazolam 0,5 mg	Unidade	540	R\$ 0,97	R\$ 523,80
10	Alprazolam 1 mg cpr (Apraz)	Unidade	1620	R\$ 1,00	R\$ 1.615,95
11	Amitriptilina 12,5 + Clordiazepóxido 5,0mg	Unidade	1080	R\$ 0,66	R\$ 712,80
12	Anlodipino 2,5 mg	Unidade	540	R\$ 1,48	R\$ 799,20
13	Apresolina (Cloridrato de hidralazina) 50 mg	Unidade	1080	R\$ 0,66	R\$ 710,10
14	Aripiprazol 10 mg	Unidade	1620	R\$ 18,39	R\$ 29.791,80
15	Associação de cálcio, vitamina D, vitamina K e magnésio (Addera Cal 1000UI)	Unidade	540	R\$ 2,10	R\$ 1.134,00
16	Atensina (Cloridrato de clonidina) 0,200 mg	Unidade	1080	R\$ 0,52	R\$ 561,60
17	Azatioprina 50 mg	Unidade	1620	R\$ 2,64	R\$ 4.268,70
18	Azitromicina 600 mg suspensão	Unidade	72	R\$ 44,93	R\$ 3.234,78
19	Bimatoprost 0,1 mg + Tartarato de Brimonidina 1,5 mg + Maleato de Timolol 5 mg (Triplenex) frasco 10ml	Unidade	18	R\$ 510,63	R\$ 9.191,40
20	Bisoprolol 10 mg	Unidade	1620	R\$ 2,18	R\$ 3.535,65
21	Bisoprolol 2,5 mg	Unidade	2700	R\$ 1,52	R\$ 4.097,25
22	Bisoprolol 5 mg	Unidade	540	R\$ 1,92	R\$ 1.038,15
23	Brinzolamida 10 mg/ml Maleato de Timolol 6,8 mg/ml fr (Azorga)	Unidade	36	R\$ 122,68	R\$ 4.416,57



24	Brinzolamida Colírio 10 mg/ml c/ 5ml (Azopt)	Unidade	36	R\$ 101,58	R\$ 3.656,79
25	Brometo de Otilônio 40 mg cpr	Unidade	1080	R\$ 2,36	R\$ 2.546,10
26	Bromoprida 4 mg/ml Solução oral	Unidade	18	R\$ 33,79	R\$ 608,22
27	Bupropiona 150 mg	Unidade	540	R\$ 4,44	R\$ 2.397,60
28	carbonato de cálcio + colecalciferol 1500 + 400UI (caltrate 600)	Unidade	1080	R\$ 1,50	R\$ 1.623,60
29	Carboximaltose Férrica 50 mg/ml	Unidade	36	R\$ 799,57	R\$ 28.784,40
30	Carboximetilcelulose Sódica 0,5% (Adaptis)	Unidade	72	R\$ 30,40	R\$ 2.189,04
31	Carboximetilcelulose Sódica 0,5% + Glicerina 0,9% (Optive)	Unidade	36	R\$ 33,15	R\$ 1.193,22
32	Carmelose sódica 5 mg/ml colírio 15ml	Unidade	36	R\$ 76,28	R\$ 2.746,17
33	Cianocobalamina 5000 mcg , dissódico de dexametasona 0,50 mg , cloridrato de tiamina 100 mg, cloridrato de piridoxina 100 mg (Dexador ou similar)	Unidade	1080	R\$ 3,50	R\$ 3.780,00
34	Ciclobenzaprina, cloridrato 5 mg	Unidade	1080	R\$ 1,16	R\$ 1.250,10
35	Cilostazol 100 mg	Unidade	1620	R\$ 1,31	R\$ 2.126,25
36	Cimetidina 200 mg	Unidade	1080	R\$ 1,80	R\$ 1.938,60
37	Ciprofibrato 100 mg	Unidade	540	R\$ 3,30	R\$ 1.780,65
38	Citalopram 20 mg	Unidade	540	R\$ 6,14	R\$ 3.314,25
39	Citidina monofosfato – 2,5mg, uridina trifosfato – 1,5mg, hidroxocobalamina – 1,0mg (Etna)	Unidade	2160	R\$ 2,98	R\$ 6.436,80
40	Citrato de sildenafila 25 mg	Unidade	1620	R\$ 13,29	R\$ 21.533,85
41	Clopidogrel 75 mg	Unidade	5940	R\$ 10,00	R\$ 59.400,00
42	Cloreto de potássio 600 mg (Slow k)	Unidade	540	R\$ 0,97	R\$ 521,10
43	Clortalidona 12,5 mg	Unidade	540	R\$ 0,32	R\$ 171,45
44	Clortalidona 25 mg	Unidade	1080	R\$ 1,09	R\$ 1.179,90
45	Colágeno 40 mg (condrex)	Unidade	540	R\$ 5,53	R\$ 2.986,20
46	Colecalciferol 1000 UI	Unidade	1080	R\$ 1,60	R\$ 1.722,60
47	Colecalciferol 7.000	Unidade	72	R\$ 8,46	R\$ 609,12
48	Crema com extrato de cidra de Córsega e mentol (Cedraflon)	Unidade	36	R\$ 96,35	R\$ 3.468,42
49	Crema hipoalergênico Fisiogel A.I.	Unidade	18	R\$ 98,09	R\$ 1.765,62
50	Cumarina 15 mg + Heparina sódica 90 mg	Unidade	540	R\$ 1,94	R\$ 1.046,25
51	Cumarina 5 mg/ml + Heparina sódica 50 UI/ml	Unidade	36	R\$ 75,83	R\$ 2.729,70
52	Dapagliflozina + Metformina 10/1000 mg	Unidade	1620	R\$ 8,07	R\$ 13.069,35
53	Dapagliflozina 10 mg	Unidade	1080	R\$ 8,43	R\$ 9.107,10
54	Desonumabe 60 mg	Unidade	18	R\$ 1.350,04	R\$ 24.300,66
55	Desvenlafaxina 100 mg	Unidade	1080	R\$ 6,97	R\$ 7.522,20
56	Desvenlafaxina 50 mg	Unidade	540	R\$ 5,89	R\$ 3.180,60
57	Dextrotartarato de brimonidina 0,2%	Unidade	18	R\$ 89,31	R\$ 1.607,49
58	Dextrotartarato de brimonidina 0,2% + Maleato de timolol 0,5% (Combigan)	Unidade	72	R\$ 222,66	R\$ 16.031,52
59	Diacereína 50 mg	Unidade	2160	R\$ 8,12	R\$ 17.533,80
60	Dicloridrato de flunarizina + Mesilato	Unidade	540	R\$ 4,69	R\$ 2.534,40



	de di-hidroergocris-tina (Vertizine D)				
61	Diltiazem 30 mg	Unidade	1080	R\$ 0,47	R\$ 502,20
62	Diosmina + Hesperidina 1000 mg	Unidade	1620	R\$ 6,14	R\$ 9.938,70
63	Diosmina + Hesperidina 500 mg	Unidade	3780	R\$ 3,62	R\$ 13.683,60
64	Dipirona 1G	Unidade	1800	R\$ 1,43	R\$ 2.565,00
65	Divalproato de Sódio 250 mg	Unidade	1080	R\$ 2,16	R\$ 2.332,80
66	Divalproato de sódio 500 mg	Unidade	3240	R\$ 2,99	R\$ 9.671,40
67	Domperidona 10 mg	Unidade	1620	R\$ 0,72	R\$ 1.166,40
68	Domperidona Líquido 1 mg/ml	Unidade	90	R\$ 77,89	R\$ 7.009,88
69	Donepezila, Cloridrato 10 mg	Unidade	540	R\$ 3,15	R\$ 1.699,65
70	Dornase alfa 2,5 ml cx c 6 ampolas (Pulmozyne)	Unidade	90	R\$ 2.214,54	R\$ 199.308,60
71	Dorzolamida, cloridrato + Maleato de Timolol 2% - c/ 10 ml (Cosopt)	Unidade	90	R\$ 364,28	R\$ 32.785,20
72	Dorzolamida, cloridrato 20 mg/ml (Ocupress)	Unidade	162	R\$ 94,99	R\$ 15.387,98
73	Doxazosina 2 mg	Unidade	540	R\$ 1,22	R\$ 658,80
74	Duloxetine 60 mg	Unidade	1080	R\$ 12,55	R\$ 13.551,30
75	Duloxetine 30 mg	Unidade	2160	R\$ 6,86	R\$ 14.817,60
76	Dupilumab 300 mg / 2 ml	Unidade	36	R\$ 6.405,74	R\$ 230.606,55
77	Dutasterida + Tansulosina 0,5 mg + 0,4 mg	Unidade	1080	R\$ 4,89	R\$ 5.278,50
78	Edoxabana 60 mg (Lixiana)	Unidade	540	R\$ 13,53	R\$ 7.303,50
79	Empagliflozina 25 + Linagliptina 5 mg	Unidade	1080	R\$ 16,22	R\$ 17.512,20
80	Empagliflozina 25 mg	Unidade	1080	R\$ 10,26	R\$ 11.080,80
81	Escitalopram 10 mg	Unidade	2700	R\$ 4,33	R\$ 11.697,75
82	Escitalopram 20 mg	Unidade	1620	R\$ 8,48	R\$ 13.733,55
83	Esilato de Nintedanibe 150 mg (Ofev)	Unidade	1080	R\$ 437,87	R\$ 472.894,20
84	Esomeprazol 20 mg	Unidade	1080	R\$ 1,47	R\$ 1.587,60
85	Esomeprazol Magnésio 40 mg	Unidade	2700	R\$ 13,43	R\$ 36.247,50
86	Estazolam 2 mg	Unidade	1080	R\$ 1,40	R\$ 1.512,00
87	Extrato seco de Pinus Pinaster 50 mg (Flebon)	Unidade	540	R\$ 2,68	R\$ 1.445,40
88	Ezetimiba + sinvastatina 10/20 mg	Unidade	1080	R\$ 5,82	R\$ 6.282,90
89	Fenofibrato 250 mg	Unidade	540	R\$ 4,38	R\$ 2.366,55
90	Fluticasona 50 mcg spray oral	Unidade	90	R\$ 76,02	R\$ 6.841,58
91	Fosfato dissociado de dexametasona 0,546 mg + Sulfato de neomicina 5,83 mg + Cloridrato de fenilefrina 5 mg (Decadron nasal)	Unidade	18	R\$ 29,15	R\$ 524,75
92	Fralda Geriátrica Tam G	Unidade	4374	R\$ 20,80	R\$ 90.979,20
93	Fralda Geriátrica Tam M	Unidade	1044	R\$ 20,75	R\$ 21.666,48
94	Fralda Geriátrica Tam P	Unidade	360	R\$ 21,28	R\$ 7.662,00
95	Fralda Geriátrica Tam XG	Unidade	3744	R\$ 24,22	R\$ 90.692,16
96	Fralda infantil Tam XXG	Unidade	324	R\$ 60,49	R\$ 19.599,84
97	Fumarato de formoterol di-hidratado + Propionato de fluticasona 12 + 250 mcg	Unidade	540	R\$ 2,20	R\$ 1.188,00
98	Fumarato de formoterol di-hidratado 12 mcg	Unidade	540	R\$ 2,13	R\$ 1.148,85
99	Furosemida 20 mg	Unidade	1080	R\$ 1,92	R\$ 2.073,60



100	Galantamina 8 mg	Unidade	1080	R\$ 5,14	R\$ 5.553,90
101	Genfibrozila 600 mg	Unidade	540	R\$ 5,08	R\$ 2.740,50
102	Glicosamina 500 mg + condroitina 400 mg	Unidade	2700	R\$ 3,37	R\$ 9.085,50
103	Hemifumarato de quetiapina 100 mg	Unidade	1620	R\$ 11,81	R\$ 19.124,10
104	Hemifumarato de quetiapina 25 mg	Unidade	4860	R\$ 5,08	R\$ 24.676,65
105	Hialuronato de sódio 0,15% (Hyabak)	Unidade	36	R\$ 54,71	R\$ 1.969,47
106	hidroxicloroquina, sulfato 400 mg (reuquinol)	Unidade	1080	R\$ 3,44	R\$ 3.717,90
107	Hydroxipropil guar 8A, polietilenoglicol 400, ácido bórico, propilenoglicol, sorbitol, cloreto de sódio, cloreto de potássio, poli-quaternium-1, aminometilpropanol, hidróxido de sódio e/ou ácido clorídrico e água purificada), lubrificante oftálmico - 15 mL (Systane UL ou similar)	Unidade	36	R\$ 91,98	R\$ 3.311,10
108	Ibandronato de sódio 150 mg cx 2 cpr	Unidade	18	R\$ 281,33	R\$ 5.063,85
109	Irbesartana 150 + Hidroclorotiazida 12,5 mg	Unidade	540	R\$ 4,11	R\$ 2.219,40
110	Indapamida 1,5 mg	Unidade	540	R\$ 1,24	R\$ 668,25
111	Insulina Asparte 100 UI/ml caneta com 3/ml (Novo Rapid)	Unidade	288	R\$ 62,70	R\$ 18.056,16
112	Insulina degludeca 100 U/ml + Liraglutida 3,6 mg/ml (Xultophy)	Unidade	162	R\$ 280,36	R\$ 45.418,32
113	Insulina Degludega 100 UI/ml (Tresiba)	Unidade	198	R\$ 208,44	R\$ 41.271,12
114	Insulina Detemir 100 UI/ml cnt com 3ml (Levermir)	Unidade	162	R\$ 126,19	R\$ 20.442,38
115	Insulina Glargina 100 UI/ml - c/10 ml (Lantus)	Unidade	72	R\$ 330,39	R\$ 23.787,72
116	Insulina glargina Solostar - cnt 3 ml (Lantus)	Unidade	1044	R\$ 127,22	R\$ 132.820,29
117	Insulina Glulisina 100 UI/ml c/10 ml (Apidra)	Unidade	54	R\$ 133,92	R\$ 7.231,82
118	Insulina Glulisina 100 UI/ml - cnt 3 ml (Apidra)	Unidade	378	R\$ 43,02	R\$ 16.260,62
119	Insulina Lispro 100 UI/ml - cnt 3 ml (Humalog)	Unidade	504	R\$ 49,62	R\$ 25.005,96
120	Ivabradina 5 mg	Unidade	1080	R\$ 1,65	R\$ 1.784,70
121	Lacosamida 100 mg	Unidade	1080	R\$ 8,34	R\$ 9.007,20
122	Lacosamida 50 mg	Unidade	1080	R\$ 4,18	R\$ 4.517,10
123	Lactitol e Polidextrose (Fibra alimentar solúvel) - cada sachê contendo 10 g (Normaten Fit ou similar)	Unidade	1080	R\$ 4,13	R\$ 4.460,40
124	Lactobacillus acidophilus LA 14 (Prolive ou similar)	Unidade	1080	R\$ 4,94	R\$ 5.335,20
125	Lamotrigina 100 mg	Unidade	3780	R\$ 10,73	R\$ 40.540,50
126	Lamotrigina 50 mg	Unidade	1080	R\$ 5,88	R\$ 6.353,10
127	Lansoprazol 30 mg	Unidade	540	R\$ 5,19	R\$ 2.802,60
128	Latanoprost 0,05%	Unidade	54	R\$ 189,08	R\$ 10.210,05
129	Latanoprost 50 mcg + Timolol 5 mg/ml (Xalacom)	Unidade	18	R\$ 206,78	R\$ 3.722,00
130	Leite Aptamil pepti	Unidade	288	R\$ 92,79	R\$ 26.723,52
131	Leite sem lactose	Unidade	108	R\$ 63,25	R\$ 6.831,00
132	Levetiracetam 100 mg/ml	Unidade	72	R\$ 153,79	R\$ 11.072,88
133	Levetiracetam 250 mg	Unidade	2700	R\$ 2,63	R\$ 7.094,25



134	Levomepromazina 40 mg/ml	Unidade	126	R\$ 18,83	R\$ 2.372,27
135	Levotiroxina sódica 112 mcg	Unidade	540	R\$ 0,65	R\$ 348,30
136	Levotiroxina sódica 150 mcg	Unidade	540	R\$ 0,88	R\$ 472,50
137	Linagliptina 5 mg	Unidade	540	R\$ 6,95	R\$ 3.750,30
138	Liraglutida 6 mg/ml	Unidade	774	R\$ 325,43	R\$ 251.884,76
139	Lorazepam 2 mg	Unidade	1080	R\$ 1,03	R\$ 1.109,70
140	Macrogol 3350 + Bicabornato de Sódio + Cloreto de Sódio + Coreto de Potássio 13,125 g + 0,1775 g + 0,3507 g + 0,0466 g (Muvinalax)	Unidade	540	R\$ 2,43	R\$ 1.312,20
141	Memantina, cloridrato 10 mg	Unidade	2700	R\$ 12,36	R\$ 33.358,50
142	Metformina, Cloridrato 750 mg	Unidade	1080	R\$ 0,89	R\$ 955,80
143	Metilfenidato, cloridrato 30 mg	Unidade	540	R\$ 11,84	R\$ 6.393,60
144	Metotrexato 2,5 mg	Unidade	3240	R\$ 1,58	R\$ 5.119,20
145	Mirabegrona 50 mg	Unidade	540	R\$ 10,06	R\$ 5.432,40
146	Mirtazapina 30 mg	Unidade	540	R\$ 7,36	R\$ 3.974,40
147	Nimesulida 100 mg	Unidade	540	R\$ 3,70	R\$ 1.996,65
148	Nimodipino 30 mg	Unidade	1080	R\$ 2,01	R\$ 2.173,50
149	Nitrazepam 5 mg	Unidade	540	R\$ 0,74	R\$ 396,90
150	Noripurum Folico	Unidade	1080	R\$ 2,52	R\$ 2.718,00
151	Nutren Kids Suplemento alimentar	Unidade	126	R\$ 32,69	R\$ 4.118,94
152	Olmesartana 40 mg	Unidade	540	R\$ 2,73	R\$ 1.472,85
153	Olmesartana Medoxomila 40 mg + Hidroclorotiazida 12,5 mg	Unidade	540	R\$ 2,57	R\$ 1.387,80
154	Orlistate 120 mg	Unidade	540	R\$ 4,43	R\$ 2.392,20
155	Oxibutina, cloridrato 5 mg	Unidade	1620	R\$ 1,41	R\$ 2.288,25
156	Pantoprazol 20 mg	Unidade	540	R\$ 3,38	R\$ 1.822,50
157	Pantoprazol 40 mg	Unidade	4320	R\$ 5,40	R\$ 23.328,00
158	Paracetamol 500 + Fosfato de codeína 30 mg	Unidade	1620	R\$ 2,01	R\$ 3.252,15
159	Pegvisomanto 10 mg (Somavert)	Unidade	1080	R\$ 434,75	R\$ 469.532,70
160	Pentoxifilina 400 mg	Unidade	1080	R\$ 2,53	R\$ 2.729,70
161	Periciazina 4%	Unidade	72	R\$ 28,42	R\$ 2.046,24
162	Perindopril 10 mg	Unidade	1080	R\$ 2,78	R\$ 3.002,40
163	Pioglitazona 15 mg	Unidade	540	R\$ 2,10	R\$ 1.135,35
164	Pioglitazona 30 mg	Unidade	540	R\$ 2,85	R\$ 1.537,65
165	Pitavastatina 2 mg	Unidade	540	R\$ 4,53	R\$ 2.446,20
166	Policarbofila cálcica 625 mg (Benestare)	Unidade	1080	R\$ 2,03	R\$ 2.196,00
167	Pramipexol, dicloridrato 1 mg	Unidade	2160	R\$ 8,17	R\$ 17.636,40
168	Pregabalina 75 mg	Unidade	2160	R\$ 4,56	R\$ 9.844,20
169	Propatilnitrato 10 mg	Unidade	10080	R\$ 0,73	R\$ 7.383,60
170	Risperidona 1 mg/ml Solução oral 30ml	Unidade	36	R\$ 149,81	R\$ 5.392,98
171	Risperidona 3 mg	Unidade	1080	R\$ 2,36	R\$ 2.543,40
172	Rivaroxabana 10mg	Unidade	540	R\$ 7,07	R\$ 3.819,15
173	Rivaroxabana 15mg	Unidade	1620	R\$ 8,05	R\$ 13.036,95
174	Rivaroxabana 20mg	Unidade	6480	R\$ 8,05	R\$ 52.147,80
175	Rivastigmina 1,5 mg	Unidade	1620	R\$ 6,19	R\$ 10.031,85



176	Rosuvastatina 10mg + Ezetimiba 10mg	Unidade	540	R\$ 4,84	R\$ 2.614,95
177	Rosuvastatina cálcia 20mg	Unidade	2160	R\$ 6,36	R\$ 13.743,00
178	Sabonete Líquido hipoalergênico Dove Baby	Unidade	18	R\$ 24,35	R\$ 438,30
179	Sabonete Líquido Triclosan 0,5%	Unidade	18	R\$ 32,85	R\$ 591,21
180	Sertralina, cloridrato 50 mg	Unidade	1080	R\$ 4,10	R\$ 4.425,30
181	Silimarina 200mg	Unidade	540	R\$ 0,37	R\$ 197,10
182	Simeticona 125 mg	Unidade	540	R\$ 2,26	R\$ 1.219,05
183	Sitagliptina + Metformina 50/850 mg	Unidade	540	R\$ 5,49	R\$ 2.964,60
184	Suplemento alimentar composto por vitaminas, macronutrientes e fosfatidilserina (Cognicx)	Unidade	540	R\$ 1,93	R\$ 1.042,20
185	Suplemento alimentar de aminoácidos, nutricionalmente completa, em pó, para crianças com alergias alimentares ou distúrbios da digestão e absorção de nutrientes. Uso via oral. Embalagem em pó, com no mínimo 400g. (Leite Neocate)	Unidade	612	R\$ 217,99	R\$ 133.409,88
186	Suplemento completo e balanceado que oferece alto teor de proteína e energia e rico em vitaminas e minerais, sem glúten, sem sabor e sem adição de sacarose, lata de 320 gr (Nutridrink ou similar)	Unidade	72	R\$ 106,71	R\$ 7.683,12
187	Suplemento de vitamina D (Aidê 3)	Unidade	18	R\$ 57,54	R\$ 1.035,72
188	Suplemento vitamínico à base de Cálcio Citrato Malato, Vitamina D3, Potássio e Magnésio (Fixare)	Unidade	1080	R\$ 2,94	R\$ 3.175,20
189	Suplemento vitamínico e mineral antioxidante (Vitergan Zinco PL)	Unidade	540	R\$ 3,93	R\$ 2.119,50
190	Tacrolimo monoidratado 1,0 mg pomada (Tarfic)	Unidade	18	R\$ 93,97	R\$ 1.691,37
191	Tadalafila 5mg	Unidade	540	R\$ 11,98	R\$ 6.466,50
192	Tramadol, cloridrato 50 mg	Unidade	1080	R\$ 4,96	R\$ 5.354,10
193	Travoprost 0,004% + Maleato de Timolol 0,5% (DUO-TRAVATAN)	Unidade	18	R\$ 144,38	R\$ 2.598,89
194	Travoprost 0,04 mg/ml - c/ 2,5 ml (Travatan)	Unidade	144	R\$ 117,95	R\$ 16.984,44
195	Trazodona, cloridrato 50 mg	Unidade	540	R\$ 1,36	R\$ 731,70
196	Trimebutina, maleato 200 mg	Unidade	1080	R\$ 2,69	R\$ 2.902,50
197	Trimetazidina 35mg	Unidade	8100	R\$ 1,99	R\$ 16.139,25
198	Undecilato de testosterona 250 mg/ml	Unidade	36	R\$ 434,75	R\$ 15.651,09
199	Valsartana 160 + anlodipino 5 mg	Unidade	1080	R\$ 4,23	R\$ 4.563,00
200	Valsartana 160 mg	Unidade	540	R\$ 2,98	R\$ 1.609,20
201	Valsartana 320 + hidroclorotiazida 25 + anlodipino 10 mg	Unidade	540	R\$ 6,91	R\$ 3.731,40
202	Venlafaxina 150 mg	Unidade	1080	R\$ 11,78	R\$ 12.725,10
203	Venlafaxina 75 mg	Unidade	2700	R\$ 11,83	R\$ 31.934,25
204	Vimocetina 5 mg	Unidade	1620	R\$ 1,05	R\$ 1.701,00
205	Xinafoato de Salmeterol + Propionato de Fluticasona de 50+500 mcg 60 doses	Unidade	18	R\$ 244,71	R\$ 4.404,74
206	Xinafoato de Salmeterol + Propionato de Fluticasona 25/50 mcg 120 doses	Unidade	180	R\$ 153,04	R\$ 27.547,20

MENOR VALOR TOTAL



R\$ 3.595.089,02

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 3.595.089,02 (Três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, oitenta e nove reais e dois centavos).

ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº ____/CPL/FMS/2023.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 3

MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº /CPL/FMS/2023 nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 4

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº /CPL/FMS/2023

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO PRESENCIAL Nº /CPL/FMS/2023

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n° _____ e do CPF/MF n° _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____(MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6

TERMO DE REFERÊNCIA N.º 006/2021/SEMUS

1. OBJETO

1.1. Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS SOB DEMANDAS JUDICIAIS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paracambi - SEMUS, doravante denominada CONTRATANTE, conforme condições, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A presente licitação deste Registro de Preços consiste na aquisição de itens que não fazem parte da relação de medicamentos disponibilizados na **REMUME** a fim de cumprir as demandas de ordens judiciais contra o Município, com o maior percentual de desconto sobre a Tabela de preços divulgada pela **Tabela CMED (CÂMARA DE REGULAÇÃO ANVISA)**, se constitui para atender as necessidades dos pacientes com prescrição de medicamentos de ordem judicial. Destarte que tal demanda justifica face ao **interesse público** presente na necessidade da utilização dos medicamentos pelos **pacientes SUS**, proporcionando melhor qualidade de vida aos munícipes. Suprir as necessidades de compra para o fornecimento de medicamentos de ordem judicial prescindíveis de planejamento por parte da Coordenação da farmácia judicial do Município de Paracambi, de modo que evite prejuízos à saúde do usuário através de entrega no momento oportuno e de forma contínua.

2.2. Cabe ao ente público assegurar a todos, conforme está expressamente descrito no **art. 196 da Constituição Federal**:
“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

2.3 **Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93.**

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa para fornecimento de medicamentos farmacológicos para atender as demandas judiciais; serão aceitos medicamentos de **Referência, Genéricos**, definidos pela Lei nº 9.787/99, **Similares e Éticos**, desde que atendam à legislação vigente para Registro de Medicamentos, de acordo com a Resolução RDC nº 133 de 29/05/2003. Para efeito de aquisição, prevalecerá, sendo que a referência será sempre o preço máximo oferecido ao consumidor (PMC) com índice de ICMS 18%, para aquele tipo específico de medicamento a ser fornecido, divulgado pela **Tabela CMED (CÂMARA DE REGULAÇÃO ANVISA) de A á Z**, sobre o qual incidirá o percentual registrado. Tais quantitativos foram aprovados e autorizados pela autoridade competente da Unidade.



3.2. O objeto do presente TERMO DE REFERÊNCIA revela-se como bem comum nos termos da Lei nº 10.520/2012, considerando que os padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

3.3. A entrega do objeto deverá ser feita na Sede da CONTRATANTE, quando for solicitada.

4. QUANTITATIVO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. Aquisição de medicamentos sob Demandas Judiciais com a planilha em **ANEXO ÚNICO**, totalizando 206 (duzentos e seis) itens;

4.2. **Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93.**

5. PRAZO, LOCAL E DEMAIS CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO DO MATERIAL.

5.2. O prazo de entrega do medicamento é de no máximo 10 (dez) dias, contados da data de emissão da NOTA DE EMPENHO, salvo em condições previamente justificadas.

5.3. Os medicamentos deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Secretaria de Saúde, localizado na Rua Sebastião de Lacerda S/N - Centro - Paracambi, de acordo com suas necessidades, das 9h às 16h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados;

5.4. Os custos da substituição do medicamento rejeitado, por motivo de defeito ou desacordo com as especificações, correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA;

5.5. A inobservância dos prazos de entrega sujeitará a CONTRATADA às sanções legais cabíveis;

5.6. O recebimento dar-se-á após a verificação da conformidade com a especificação constante neste Termo de Referência, pela CONTRATANTE.

6. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações e quantitativos estipulados neste Termo de Referência;

6.2. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo CONTRATANTE, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

6.3. Remover, reparar, corrigir, refazer ou substituir a suas expensas, no todo ou em parte, o medicamento no qual forem constatados incorreção ou qualquer dano, em até 48 (quarenta e oito) horas;

6.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto;



6.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.6. Entregar o material devidamente embalado de forma a não ser danificado durante as operações de transporte, carga e descarga, responsabilizando-se pelas despesas decorrentes da entrega, bem como pelo risco de perdas, até o efetivo recebimento pela CONTRATANTE, incluindo a contagem do material entregue;

6.7. Manter todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação, inclusive quanto à qualificação econômico-financeira;

6.8. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste objeto;

6.9. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Termo de Referência.

6.10. Fornecer juntamente com a entrega dos medicamentos toda a sua documentação fiscal e técnica e seu respectivo termo de garantia;

6.11. Caso haja alteração na qualidade do objeto, evidenciada pela CONTRATADA, prejudicando o que foi pactuado, o contrato poderá ser interrompido, cabendo ao órgão avaliar sobre a continuidade do contrato;

6.12. Cabe à CONTRATADA prestar informações a respeito das medidas necessárias para melhor conservação dos medicamentos;

6.13. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

6.13.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

6.13.2. A CONTRATADA deverá entregar os medicamentos com a validade mínima de 01 (um) ano contando a partir da data de entrega do medicamento.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 5.450/05, da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, caberá ao CONTRATANTE:

7.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa fornecer os medicamentos de acordo com as determinações do Edital e seus Anexos, especialmente deste Termo;

7.1.2. Fornecer a listagem do material e os dados para a entrega temporal do objeto;



7.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.1.5. Notificar a CONTRATADA por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;

7.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) medicamento (s) entregues fora da especificação ou com problemas técnicos;

7.1.7. Receber os itens, verificando as condições de entrega, conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal e atestando seu recebimento;

7.1.8. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

7.1.9. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA.

7.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização do fornecimento do medicamento será exercida por servidor nomeado pela CONTRATANTE;

8.2. Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens fornecidos em desacordo com o estabelecido;

8.3. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução dos itens deste Termo de Referência.

9. PAGAMENTO

9.1. A nota fiscal deve estar preenchida com a descrição detalhada do objeto, o número da Nota de Empenho e os dados bancários da empresa;

9.1.1. Junto com a Nota Fiscal, deverá apresentar a comprovação de regularidade, junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA e da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;



9.2. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida;

9.3. A CONTRATANTE não se responsabilizará pelo pagamento de qualquer material entregue sem a solicitação ou autorização do fiscal do contrato;

9.4. A CONTRATADA fará jus ao recebimento de pagamento apenas em contraprestação ao fornecimento do material, não sendo devida qualquer retribuição pecuniária unicamente pela existência da relação contratual;

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A CONTRATADA estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, pela CONTRATADA, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual;
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à CONTRATANTE.

10.2. No caso de atraso injustificado, assim considerado a inexecução parcial ou a inexecução total da obrigação, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de: 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, acaso descumpridos os prazos contratuais ou de inexecução parcial da obrigação assumida; 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até dois (2) anos.

10.3. Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades supramencionadas.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses e iniciar-se-á na data de sua assinatura.

12. PROPOSTA

12.1. A proponente deverá apresentar proposta de preço que deverão conter todos os tributos e encargos decorrentes do fornecimento relativo a esta contratação;

13. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. Os recursos orçamentários necessários ao atendimento do objeto deste Termo correrão pelo Orçamento da SEMUS no exercício de 2023, e serão alocados pela Diretoria de Orçamento e Finanças do Fundo Municipal de Saúde.

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte	Código Reduzido
21.01.10.122.0015.2319	3.3.90.32.00.00.00.00	0084	2051



14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O valor final para o cumprimento do objeto do presente Termo de Referência será definido após a Cotação Prévia de Preços;

14.2. O CONTRATANTE poderá realizar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, respeitados os limites do artigo 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da proposta da CONTRATADA.

Paracambi, 15 de março de 2023.

Elaborado por:

DAYANA FRANCO HENRIQUE

Diretora de Compras/FMS

GABINETE DO SECRETÁRIO, 15 DE MARÇO DE 2023.

1- Ciente;

DIEGO XAVIER DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde



ANEXO ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1	Acetato de fludrocortisona 0,1 mg cpr (Florinefe ou similar)	Unidade	810
2	Acetazolamida 250 mg	Unidade	540
3	Acetilcisteína 600 mg	Unidade	540
4	Ácido acetilsalicílico + Carbonato de magnésio + Glicinato de Alumínio (Somalgin Cardio)	Unidade	1080
5	Ácido gamaminobutírico 50 mg + Cloridrato de L-lisina 50 mg + Cloridrato de tiamina 2 mg + Cloridrato de piridoxina 4 mg + Pantotenato de cálcio 4 mg (Gaballon)	Unidade	1080
6	Alfaepoetina 4.000 UI frasco-ampola 1ml	Unidade	144
7	Alogliptina 25 mg	Unidade	540
8	Alprazolam 0,25 mg	Unidade	1080
9	Alprazolam 0,5 mg	Unidade	540
10	Alprazolam 1 mg cpr (Apraz)	Unidade	1620
11	Amitriptilina 12,5 + Clordiazepóxido 5,0mg	Unidade	1080
12	Anlodipino 2,5 mg	Unidade	540
13	Apresolina (Cloridrato de hidralazina) 50 mg	Unidade	1080
14	Aripiprazol 10 mg	Unidade	1620
15	Associação de cálcio, vitamina D, vitamina K e magnésio (Addera Cal 1000UI)	Unidade	540
16	Atensina (Cloridrato de clonidina) 0,200 mg	Unidade	1080
17	Azatioprina 50 mg	Unidade	1620
18	Azitromicina 600 mg suspensão	Unidade	72
19	Bimatoprost 0,1 mg + Tartarato de Brimonidina 1,5 mg + Maleato de Timolol 5 mg (Triplenex) frasco 10ml	Unidade	18
20	Bisoprolol 10 mg	Unidade	1620
21	Bisoprolol 2,5 mg	Unidade	2700
22	Bisoprolol 5 mg	Unidade	540
23	Brinzolamida 10 mg/ml Maleato de Timolol 6,8 mg/ml fr (Azorga)	Unidade	36
24	Brinzolamida Colírio 10 mg/ml c/ 5ml (Azopt)	Unidade	36
25	Brometo de Otilônio 40 mg cpr	Unidade	1080
26	Bromoprida 4 mg/ml Solução oral	Unidade	18
27	Bupropiona 150 mg	Unidade	540
28	carbonato de cálcio + colecalciferol 1500 + 400UI (caltrate 600)	Unidade	1080
29	Carboximaltose Férrica 50 mg/ml	Unidade	36



30	Carboximetilcelulose Sódica 0,5% (Adaptis)	Unidade	72
31	Carboximetilcelulose Sódica 0,5% + Glicerina 0,9% (Optive)	Unidade	36
32	Carmelose sódica 5 mg/ml colírio 15ml	Unidade	36
33	Cianocobalamina 5000 mcg , dissódico de dexametasona 0,50 mg , cloridrato de tiamina 100 mg, cloridrato de piridoxina 100 mg (Dexador ou similar)	Unidade	1080
34	Ciclobenzaprina, cloridrato 5 mg	Unidade	1080
35	Cilostazol 100 mg	Unidade	1620
36	Cimetidina 200 mg	Unidade	1080
37	Ciprofibrato 100 mg	Unidade	540
38	Citalopram 20 mg	Unidade	540
39	Citidina monofosfato – 2,5mg, uridina trifosfato – 1,5mg, hidroxocobalamina – 1,0mg (Etna)	Unidade	2160
40	Citrato de sildenafila 25 mg	Unidade	1620
41	Clopidogrel 75 mg	Unidade	5940
42	Cloreto de potássio 600 mg (Slow k)	Unidade	540
43	Clortalidona 12,5 mg	Unidade	540
44	Clortalidona 25 mg	Unidade	1080
45	Colágeno 40 mg (condrex)	Unidade	540
46	Colecalciferol 1000 UI	Unidade	1080
47	Colecalciferol 7.000	Unidade	72
48	Creme com extrato de cidra de Córsega e mentol (Cedraflon)	Unidade	36
49	Creme hipoalergênico Fisiogel A.I.	Unidade	18
50	Cumarina 15 mg + Heparina sódica 90 mg	Unidade	540
51	Cumarina 5 mg/ml + Heparina sódica 50 UI/ml	Unidade	36
52	Dapagliflozina + Metformina 10/1000 mg	Unidade	1620
53	Dapagliflozina 10 mg	Unidade	1080
54	Desonumabe 60 mg	Unidade	18
55	Desvenlafaxina 100 mg	Unidade	1080
56	Desvenlafaxina 50 mg	Unidade	540
57	Dextrotartarato de brimonidina 0,2%	Unidade	18
58	Dextrotartarato de brimonidina 0,2% + Maleato de timolol 0,5% (Combigan)	Unidade	72
59	Diacereína 50 mg	Unidade	2160
60	Dicloridrato de flunarizina + Mesilato de di-hidroergocristina (Vertizine D)	Unidade	540
61	Diltiazem 30 mg	Unidade	1080
62	Diosmina + Hesperidina 1000 mg	Unidade	1620
63	Diosmina + Hesperidina 500 mg	Unidade	3780
64	Dipirona 1G	Unidade	1800
65	Divalproato de Sódio 250 mg	Unidade	1080
66	Divalproato de sódio 500 mg	Unidade	3240
67	Domperidona 10 mg	Unidade	1620
68	Domperidona Líquido 1 mg/ml	Unidade	90



69	Donepezila, Cloridrato 10 mg	Unidade	540
70	Dornase alfa 2,5 ml cx c 6 ampolas (Pulmozyne)	Unidade	90
71	Dorzolamida, cloridrato + Maleato de Timolol 2% - c/ 10 ml (Cosopt)	Unidade	90
72	Dorzolamida, cloridrato 20 mg/ml (Ocupress)	Unidade	162
73	Doxazosina 2 mg	Unidade	540
74	Duloxetine 60 mg	Unidade	1080
75	Duloxetine 30 mg	Unidade	2160
76	Dupilumab 300 mg / 2 ml	Unidade	36
77	Dutasterida + Tansulosina 0,5 mg + 0,4 mg	Unidade	1080
78	Edoxabana 60 mg (Lixiana)	Unidade	540
79	Empagliflozina 25 + Linagliptina 5 mg	Unidade	1080
80	Empagliflozina 25 mg	Unidade	1080
81	Escitalopram 10 mg	Unidade	2700
82	Escitalopram 20 mg	Unidade	1620
83	Esilato de Nintedanibe 150 mg (Ofev)	Unidade	1080
84	Esomeprazol 20 mg	Unidade	1080
85	Esomeprazol Magnésio 40 mg	Unidade	2700
86	Estazolam 2 mg	Unidade	1080
87	Extrato seco de Pinus Pinaster 50 mg (Flebon)	Unidade	540
88	Ezetimiba + sinvastatina 10/20 mg	Unidade	1080
89	Fenofibrato 250 mg	Unidade	540
90	Fluticasona 50 mcg spray oral	Unidade	90
91	Fosfato dissociado de dexametasona 0,546 mg + Sulfato de neomicina 5,83 mg + Cloridrato de fenilefrina 5 mg (Decadron nasal)	Unidade	18
92	Fralda Geriátrica Tam G	Unidade	4374
93	Fralda Geriátrica Tam M	Unidade	1044
94	Fralda Geriátrica Tam P	Unidade	360
95	Fralda Geriátrica Tam XG	Unidade	3744
96	Fralda infantil Tam XXG	Unidade	324
97	Fumarato de formoterol di-hidratado + Propionato de fluticasona 12 + 250 mcg	Unidade	540
98	Fumarato de formoterol di-hidratado 12 mcg	Unidade	540
99	Furosemida 20 mg	Unidade	1080
100	Galantamina 8 mg	Unidade	1080
101	Genfibrozila 600 mg	Unidade	540
102	Glicosamina 500 mg + condroitina 400 mg	Unidade	2700
103	Hemifumarato de quetiapina 100 mg	Unidade	1620
104	Hemifumarato de quetiapina 25 mg	Unidade	4860
105	Hialuronato de sódio 0,15% (Hyabak)	Unidade	36
106	hidroxicloroquina, sulfato 400 mg (reuquinol)	Unidade	1080



107	Hydroxipropil guar 8A, polietilenoglicol 400, ácido bórico, propilenoglicol, sorbitol, cloreto de sódio, cloreto de potássio, poliquaternium-1, aminometilpropanol, hidróxido de sódio e/ou ácido clorídrico e água purificada), lubrificante oftálmico - 15 mL (Systane UL ou similar)	Unidade	36
108	Ibandronato de sódio 150 mg ex 2 cpr	Unidade	18
109	Irbesartana 150 + Hidroclorotiazida 12,5 mg	Unidade	540
110	Indapamida 1,5 mg	Unidade	540
111	Insulina Asparte 100 UI/ml caneta com 3/ml (Novo Rapid)	Unidade	288
112	Insulina degludeca 100 U/ml + Liraglutida 3,6 mg/ml (Xultophy)	Unidade	162
113	Insulina Degludega 100 UI/ml (Tresiba)	Unidade	198
114	Insulina Detemir 100 UI/ml cnt com 3ml (Levermir)	Unidade	162
115	Insulina Glargina 100 UI/ml - c/10 ml (Lantus)	Unidade	72
116	Insulina glargina Solostar - cnt 3 ml (Lantus)	Unidade	1044
117	Insulina Glulisina 100 UI/ml c/10 ml (Apidra)	Unidade	54
118	Insulina Glulisina 100 UI/ml - cnt 3 ml (Apidra)	Unidade	378
119	Insulina Lispro 100 UI/ml - cnt 3 ml (Humalog)	Unidade	504
120	Ivabradina 5 mg	Unidade	1080
121	Lacosamida 100 mg	Unidade	1080
122	Lacosamida 50 mg	Unidade	1080
123	Lactitol e Polidextrose (Fibra alimentar solúvel) - cada sache contendo 10 g (Normaten Fit ou similar)	Unidade	1080
124	Lactobacillus acidophilus LA 14 (Prolive ou similar)	Unidade	1080
125	Lamotrigina 100 mg	Unidade	3780
126	Lamotrigina 50 mg	Unidade	1080
127	Lansoprazol 30 mg	Unidade	540
128	Latanoprost 0,05%	Unidade	54
129	Latanoprost 50 mcg + Timolol 5 mg/ml (Xalacom)	Unidade	18
130	Leite Aptamil pepti	Unidade	288
131	Leite sem lactose	Unidade	108
132	Levetiracetam 100 mg/ml	Unidade	72
133	Levetiracetam 250 mg	Unidade	2700
134	Levomepromazina 40 mg/ml	Unidade	126
135	Levotiroxina sódica 112 mcg	Unidade	540
136	Levotiroxina sódica 150 mcg	Unidade	540
137	Linagliptina 5 mg	Unidade	540
138	Liraglutida 6 mg/ml	Unidade	774
139	Lorazepam 2 mg	Unidade	1080
140	Macrogol 3350 + Bicabornato de Sódio + Cloreto de Sódio + Coreto de Potássio 13,125 g + 0,1775 g + 0,3507 g + 0,0466 g (Muvinalax)	Unidade	540
141	Memantina, cloridrato 10 mg	Unidade	2700
142	Metformina, Cloridrato 750 mg	Unidade	1080



143	Metilfenidato, cloridrato 30 mg	Unidade	540
144	Metotrexato 2,5 mg	Unidade	3240
145	Mirabegrona 50 mg	Unidade	540
146	Mirtazapina 30 mg	Unidade	540
147	Nimesulida 100 mg	Unidade	540
148	Nimodipino 30 mg	Unidade	1080
149	Nitrazepan 5 mg	Unidade	540
150	Noripurum Folico	Unidade	1080
151	Nutren Kids Suplemento alimentar	Unidade	126
152	Olmesartana 40 mg	Unidade	540
153	Olmesartana Medoxomila 40 mg + Hidroclorotiazida 12,5 mg	Unidade	540
154	Orlistate 120 mg	Unidade	540
155	Oxibutina, cloridrato 5 mg	Unidade	1620
156	Pantoprazol 20 mg	Unidade	540
157	Pantoprazol 40 mg	Unidade	4320
158	Paracetamol 500 + Fosfato de codeína 30 mg	Unidade	1620
159	Pegvisomanto 10 mg (Somavert)	Unidade	1080
160	Pentoxifilina 400 mg	Unidade	1080
161	Periciazina 4%	Unidade	72
162	Perindopril 10 mg	Unidade	1080
163	Pioglitazona 15 mg	Unidade	540
164	Pioglitazona 30 mg	Unidade	540
165	Pitavastatina 2 mg	Unidade	540
166	Polcarbofila cálcica 625 mg (Benestare)	Unidade	1080
167	Pramipexol, dicloridrato 1 mg	Unidade	2160
168	Pregabalina 75 mg	Unidade	2160
169	Propatilnitrato 10 mg	Unidade	10080
170	Risperidona 1 mg/ml Solução oral 30ml	Unidade	36
171	Risperidona 3 mg	Unidade	1080
172	Rivaroxabana 10mg	Unidade	540
173	Rivaroxabana 15mg	Unidade	1620
174	Rivaroxabana 20mg	Unidade	6480
175	Rivastigmina 1,5 mg	Unidade	1620
176	Rosuvastatina 10mg + Ezetimiba 10mg	Unidade	540
177	Rosuvastatina cálcica 20mg	Unidade	2160
178	Sabonete Líquido hipoalergênico Dove Baby	Unidade	18
179	Sabonete Líquido Triclosan 0,5%	Unidade	18
180	Sertralina, cloridrato 50 mg	Unidade	1080
181	Silimarina 200mg	Unidade	540
182	Simeticona 125 mg	Unidade	540
183	Sitagliptina + Metformina 50/850 mg	Unidade	540
184	Suplemento alimentar composto por vitaminas, macronutrientes e fosfatidilserina (Cognicx)	Unidade	540



185	Suplemento alimentar de aminoácidos, nutricionalmente completa, em pó, para crianças com alergias alimentares ou distúrbios da digestão e absorção de nutrientes. Uso via oral. Embalagem em pó, com no mínimo 400g. (Leite Neocate)	Unidade	612
186	Suplemento completo e balanceado que oferece alto teor de proteína e energia e rico em vitaminas e minerais, sem glúten, sem sabor e sem adição de sacarose, lata de 320 gr (Nutridrink ou similar)	Unidade	72
187	Suplemento de vitamina D (Aidê 3)	Unidade	18
188	Suplemento vitamínico à base de Cálcio Citrato Malato, Vitamina D3, Potássio e Magnésio (Fixare)	Unidade	1080
189	Suplemento vitamínico e mineral antioxidante (Vitergan Zinco PL)	Unidade	540
190	Tacrolimo monoidratado 1,0 mg pomada (Tarfic)	Unidade	18
191	Tadalafila 5mg	Unidade	540
192	Tramadol, cloridrato 50 mg	Unidade	1080
193	Travoprost 0,004% + Maleato de Timolol 0,5% (DUO-TRAVATAN)	Unidade	18
194	Travoprost 0,04 mg/ml - c/ 2,5 ml (Travatan)	Unidade	144
195	Trazodona, cloridrato 50 mg	Unidade	540
196	Trimebutina, maleato 200 mg	Unidade	1080
197	Trimetazidina 35mg	Unidade	8100
198	Undecilato de testosterona 250 mg/ml	Unidade	36
199	Valsartana 160 + anlodipino 5 mg	Unidade	1080
200	Valsartana 160 mg	Unidade	540
201	Valsartana 320 + hidroclorotiazida 25 + anlodipino 10 mg	Unidade	540
202	Venlafaxina 150 mg	Unidade	1080
203	Venlafaxina 75 mg	Unidade	2700
204	Vimpatina 5 mg	Unidade	1620
205	Xinafoato de Salmeterol + Propionato de Fluticasona de 50+500 mcg 60 doses	Unidade	18
206	Xinafoato de Salmeterol + Propionato de Fluticasona 25/50 mcg 120 doses	Unidade	180



ANEXO 7
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2023
PROCESSO Nº 7273/2021
LICITAÇÃO Nº ____/CPL/SMS/2023
VALIDADE: 12 (Doze) meses, a partir de sua assinatura.
ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S): _____

Aos ____ dias do mês de ____ de 2023, às ____ horas, na Prefeitura Municipal de Paracambi, situada à Juiz Emilio Carmo nº 050, Centro, Paracambi-RJ, é celebrado o presente compromisso entre o **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado **MUNICÍPIO** e _____ (*adjudicatários*), inscrito no CPF/CNPJ sob o nº _____ estabelecida na _____ (*endereço completo*), doravante denominadas **COMPROMITENTES**, neste ato representada pelo _____ (*nome do representante do adjudicatário*) inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº _____ e RG nº _____, domiciliado à _____ (*endereço completo*), de acordo com o processo administrativo nº **7273/2021**, observadas a Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 5.267/2021 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 e ainda o edital nº _____, os termos da proposta vencedora e as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto vincular a **COMPROMITENTE** com o Sistema de Registro de Preços do Município de Paracambi, para _____, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR (R\$)	TOTAL
1					

Parágrafo Primeiro – A presente Ata vincula a **COMPROMITENTE** ao fornecimento de material nas condições indicadas, a partir das solicitações realizadas pelos órgãos gerenciador e participantes.

Parágrafo Segundo - O presente registro de preços não obriga o **MUNICÍPIO** a solicitar qualquer quantidade do material registrado, facultando-se a realização de licitação específica para a eventual prestação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de requisições em igualdade de condições.

Parágrafo Terceiro - A utilização da Ata de Registro de Preços demandará a formalização de contrato administrativo entre o **MUNICÍPIO** e a **COMPROMITENTE**, cuja celebração será dispensada de acordo com as hipóteses legais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

O prazo de validade deste Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- I. observar a ordem classificatória do registro no momento de emissão da ordem de fornecimento;
- II. realizar os pagamentos devidos à **COMPROMITENTE**, nas condições estabelecidas nesta ata;
- III. fornecer à **COMPROMITENTE** documento, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente objeto;



- IV. exercer a fiscalização do fornecimento solicitado;
- V. receber provisória e definitivamente o objeto a ser prestado nas formas definidas;
- VI. fornecer a contratada acesso a todo e qualquer setor das Secretarias Municipais envolvidas, visando a execução das atividades nele previstas;
- VII. realizar permanente pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação e/ou emissão da ordem de fornecimento, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE

Constituem obrigações da **COMPROMITENTE**:

- I. fornecer o material de acordo com as normas vigentes e as especificações contidas nesta ata, observada, sempre, a adequação do prazo de validade do produto;
- II. prestar, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados no produto fornecido, sempre que a ela imputáveis;
- III. acatar as instruções emanadas da fiscalização;
- IV. sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes ao fornecimento de bens, a menos que expressamente autorizada pelo **MUNICÍPIO**;
- V. atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social nos termos do art. 71, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- VI. reconhecer que o **MUNICÍPIO** não manterá qualquer vínculo de natureza trabalhista com seus profissionais e empregados, responsabilizando-se o fornecedor por quaisquer acidentes decorrentes de suas atividades;
- VII. atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento e do Termo de Referência;
- VIII. não transferir ou ceder a outrem a obrigação de fornecer prevista nesta Ata, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento ao **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado;
- IX. arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas;
- X. manter as condições de habilitação que permitam a contratação da empresa pelo **MUNICÍPIO** ao longo da vigência do registro de preços, conforme o previsto no artigo 27 e seguintes da Lei Federal nº 8666/1993 e exigido no edital nº _____;
- XI. atender a todas as obrigações fixadas no edital e seus anexos.

CLÁUSULA QUINTA - DO LIMITE FINANCEIRO DAS DESPESAS

Em razão dos preços e das quantidades máximas admitidas no registro de preços, o limite para realização de despesas pelo **MUNICÍPIO**, nos termos desta ata, será da ordem de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

O fornecimento do material deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, desta ata e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo primeiro. Cada ordem de fornecimento emitida pelo órgão gerenciador, participantes ou não participantes deverá observar os quantitativos mínimos dispostos no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo - A fiscalização do fornecimento será realizada por servidor designado pelos órgãos gerenciador ou participantes ou por comissão de fiscalização.



Parágrafo Terceiro - O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações do material, na seguinte forma:

I. provisoriamente, confirmando-se no prazo de 10 (dez) dias, contados do fornecimento do material, a adequação as especificações técnicas e a quantidade exigida em parecer circunstanciado da fiscalização da contratação;

II. definitivamente, após parecer circunstanciado da fiscalização da contratação, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Quarto - O representante do **MUNICÍPIO**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas ao fornecimento do material, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quinto - A **COMPROMITENTE** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Sexto - A instituição e a atuação da fiscalização do fornecimento de material não excluem ou atenuam a responsabilidade da **COMPROMITENTE**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE

O **COMPROMITENTE** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento de bens, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro - A **COMPROMITENTE** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do fornecimento de bens, podendo o **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **COMPROMITENTE**.

Parágrafo Segundo - A reiterada ausência da apresentação dos documentos mencionados no parágrafo primeiro poderá ensejar a rescisão da ata de registro caso, após formalmente notificada, a **COMPROMITENTE** não venha a sanar a falta com a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa.

CLÁUSULA OITAVA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **MUNICÍPIO** fará o pagamento das parcelas referentes ao fornecimento do material por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **COMPROMITENTE**. O pagamento dar-se-á em parcelas mensais referentes ao material efetivamente entregue.

Parágrafo Primeiro - O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, devendo a **COMPROMITENTE** apresentar solicitação formal de pagamento, instruída com os documentos exigidos pelo Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Segundo - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **COMPROMITENTE**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Terceiro - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo _____ (*índice de atualização*) e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo Quarto - Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Quinto - No caso de atraso no pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.



CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

O **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/93, com exceção dos títulos da dívida pública, no patamar de até _____% (_____ por cento) do valor previsto da contratação, a ser restituída após execução satisfatória das obrigações da **COMPROMITENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO

A presente ata poderá ser alterada, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante termo aditivo.

Parágrafo primeiro - A presente Ata poderá sofrer alterações, nos seguintes casos:

I. Em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou no caso de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados, o Município poderá promover as negociações junto aos detentores do Registro.

II. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado para o mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

Parágrafo segundo - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador deverá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade, desde que a comunicação ocorra antes da autorização de fornecimento ou da ordem de início da prestação do serviço e seja comprovada a veracidade das informações prestadas.

Parágrafo terceiro – Nas hipóteses do inciso II e parágrafo terceiro desta Cláusula, caso reste inviabilizada a concretização da contratação com o fornecedor ou prestador de serviço registrado, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O fornecedor poderá ter seu registro cancelado de acordo com o disposto no artigo 61 do Decreto Municipal nº 5.267/2021 nas seguintes hipóteses:

- I. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
- V. por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

Parágrafo Primeiro – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A declaração de cancelamento do registro de preços, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de cancelamento do registro de preço por culpa da **COMPROMITENTE**, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a mesma sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado do fornecimento não efetuado, sem prejuízo da retenção de créditos e das perdas e danos que forem apurados.



Parágrafo Quarto – Havendo cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

III. multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV. multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;

V. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo Primeiro - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, segundo Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Segundo - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do caput deste item.

Parágrafo Quarto - Cada uma das sanções previstas nos incisos I, V e VI do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as constantes nos incisos II, III e IV.

Parágrafo Quinto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

Parágrafo Sexto - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Oitavo - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **COMPROMITENTE**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do fornecimento tenha acarretado, serão cobrados judicialmente quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **COMPROMITENTE** tenha em face do **MUNICÍPIO**, quando não comportarem cobrança amigável.

Parágrafo Primeiro – Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **COMPROMITENTE** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

O presente registro não poderá ser objeto de subcontratação no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **COMPROMITENTE**, a impossibilidade de opor, perante o **MUNICÍPIO**, a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro – A suspensão da execução a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **COMPROMITENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ADESÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata, a quem compete autorizar a adesão, observados os limites e diretrizes fixados no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Primeiro. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

Parágrafo Segundo. O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro. O conjunto de solicitação de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao dobro do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA ATA

A ata devidamente assinada pelas partes deverá ser publicada em diário oficial e divulgada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Paracambi, devendo a autoridade competente adotar as providências necessárias à remessa de cópia ao TCE-RJ.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente termo que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta ata, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, e na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, ____ de _____ de 20____.

MUNICÍPIO

COMPROMITENTE

TESTEMUNHAS:

1 - _____

CPF: _____

1 - _____

CPF: _____



ANEXO 8

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/_____.
, ORIUNDO DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/_____, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E _____.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 29.138.294/0001-02,, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Sr. Secretário Municipal de Saúde e Gestor do Fundo Municipal de Saúde DIEGO XAVIER DE ALMEIDA, portador carteira de identidade nº 10662016-4 e CPF/MF nº 107.878.427-29, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, situada na _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada, nesta ato, por _____ (qualificação completa do representante da contratada) doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato para a aquisição de _____ (objeto do contrato), a partir da utilização da Ata de Registro de Preços nº ____/_____, de acordo com o processo administrativo nº 3346/2020 e o Edital de Licitação nº _____, observando-se as normas gerais da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Municipal nº 5.267/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de _____, oriundo da utilização da Ata de Registro de Preço nº ____/_____, de acordo com os quantitativos indicados abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
I				

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- II. fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III. exercer a fiscalização do contrato;
- IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;
- V. emitir e ou requerer todas as licenças necessárias para o cumprimento do objeto do contrato

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. fornecer o objeto contratado observando todas as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do Município;
- II. executar o objeto com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a fornecimentos dessa natureza;



- III. efetuar, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**, no tempo determinado por este, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados nos bens fornecidos, sempre que a ela imputáveis;
- IV. quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pelo **MUNICÍPIO** obrigarão a contratada, à sua conta e risco, a repor as parcelas de fornecimento impugnadas;
- V. obedecer estrita e rigorosamente aos prazos estabelecidos neste Contrato e no Edital, cabendo ao Município, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à contratada qualquer direito a indenização;
- VI. requerer, junto aos órgãos competentes, a autorização para execução de quaisquer atividades envolvidas neste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento dos mesmo e pela fiel observância da legislação aplicável;
- VII. permitir ao Município, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso a suas dependências, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhe forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- VIII. substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- IX. disponibilizar o pessoal necessário à execução do objeto deste contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- X. comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o Município, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o Município no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- XI. arcar com ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer dos serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do Município;
- XII. arcar com todas as despesas de alocação e transporte de sua equipe necessárias à plena execução do objeto contratado;
- XIII. arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas;
- XIV. aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, conforme estabelece o § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- XV. responsabilizar-se por quaisquer danos ocasionados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros em decorrências de atos ou omissões perpetrados quando da execução do objeto do contrato;
- XIV. responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- XV. manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- XVI. apresentar ao Município, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada, assim como comprovante de pagamento dos salários e demais parcelas trabalhistas aos empregados utilizados para a consecução do objeto contratual;
- XVII. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar a interrupção do fornecimento;



XVIII. arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

O valor total previsto para este contrato é de R\$ _____ (_____), passível de alteração apenas pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo segundo. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice _____ (índice de reajuste), na forma do art. 3º, da Lei Federal nº 10.192/2001.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostadas aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: _____

PROGRAMA DE TRABALHO: _____

ELEMENTO DE DESPESA: _____

Parágrafo único. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** iniciará a execução contratual no prazo máximo indicado na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

A fiscalização do cumprimento do objeto do presente contrato ficará a cargo da Comissão de Fiscalização designada pela autoridade requisitante, que será responsável por:

- I. fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- II. notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das sanções previstas na cláusula décima quarta;
- III. suspender a execução do fornecimento julgado inadequado;
- IV. sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- V. exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do objeto contratado, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.



Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, no prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 109, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. A fiscalização do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação, no que exceder à sua competência.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações do material, na seguinte forma:

I. provisoriamente, confirmando-se no prazo de 10 (dez) dias, contados do fornecimento do material, a adequação às especificações técnicas e à quantidade exigida em parecer circunstanciado da fiscalização do contrato;

II. definitivamente, após parecer circunstanciado da fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

O objeto do presente contrato será executado sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**, observando-se os valores ajustados.

Parágrafo primeiro. O prazo para pagamento será de no máximo trinta dias contados da data final do período do adimplemento do objeto, nos termos do art. 40, XIV, a, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que o respectivo pedido seja apresentado isento de erros e na repartição competente.



Parágrafo segundo. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo terceiro. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, sofrerão incidência de atualização financeira pelo índice _____ (*índice de atualização financeira*) e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo quarto. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao MUNICÍPIO, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa para a ocorrência do atraso.

Parágrafo quinto. O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

A **CONTRATADA**, até 10 (dez) dias após a data de assinatura do contrato, deverá fornecer a garantia de execução contratual de 5% (cinco por cento) do valor da proposta vencedora, a ser apresentada, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/1993, a saber:

I. caução em dinheiro;

II. seguro-garantia; e

III. fiança bancária.

Parágrafo primeiro. A validade da garantia de execução deverá no mínimo coincidir com o prazo de vigência deste contrato.

Parágrafo segundo. Em caso de prorrogação da vigência do contrato, a garantia oferecida, se tiver prazo de vigência, deverá ser prorrogada por idêntico período.

Parágrafo terceiro. A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do contrato, podendo ser retida pelo Município se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

II - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e

III - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

Parágrafo quinto. O levantamento da garantia contratual por parte da empresa que vier a ser **CONTRATADA** somente ocorrerá após o integral fornecimento.

Parágrafo sexto. Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente aos cofres do MUNICÍPIO, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo sétimo. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o MUNICÍPIO recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa **CONTRATADA**. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 03 (três) dias úteis após sua notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO



O Contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo único. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

III. multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV. multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**;

V. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo Primeiro - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, segundo o Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Segundo - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do caput deste item.

Parágrafo Quarto - Cada uma das sanções previstas nos incisos I, V e VI do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as constantes nos incisos II, III e IV.

Parágrafo Quinto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

Parágrafo Sexto - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.



Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Oitavo - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

As partes se vinculam aos termos do presente contrato, às regras previstas no edital de licitação e ao termo de referência, bem como à proposta da **CONTRATADA**.



CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

As circunstâncias ocorridas durante a execução do contrato que não foram previstas no presente instrumento serão resolvidas a partir da aplicação da Lei Federal nº 8.666/1993 e os princípios de Direito Público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, ____ de ____ de 2021.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF: _____

1 - _____
CPF: _____



COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL

LICITAÇÃO N.º /CPL/SMS/2023

PROCESSO N.º 7273/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL- SRP

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ORIGEM DOS RECURSOS: 0084

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.122.0015.2319

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.00.00.00

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ DIA DE DE 2023 ÀS HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA DE DE 2023 ÀS HORAS
--

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS SOB DEMANDAS JUDICIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI - SEMUS, conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO 1 do Edital.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados à Rua Juiz Emílio Carmo, 50, Centro, Paracambi/RJ, na sala da CPL, no horário de 13:30 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 1 (uma) resma de papel A4 e identificação do interessado. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico.

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI-RJ.

PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO: Até 10 (dez) dias, após autorização da ordem de fornecimento.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexo1 Formulário Oficial de Proposta

Anexo2 Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

Anexo3 Modelo de Declaração

Anexo4 Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo5 Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006

Anexo6 Termo de Referência

Anexo7 Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo8 Minuta do Contrato

Depto. de Licitações e Compras

RAZÃO SOCIAL		CARIMBO DO CNPJ
TELEFONE:		
E-MAIL:		
RECEBIDO POR:		
	DATA:	